

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO	5
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	7
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	15
GOVERNANÇA CORPORATIVA	15
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	16
INVESTIMENTOS	16
GERENCIAMENTO DE RISCOS	19
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	19
RESPONSABILIDADE SOCIAL	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	25
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS	27
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	28
BALANÇOS PATRIMONIAIS	29
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	31
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	32
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO	33
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	34
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	36
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	37
1. CONTEXTO OPERACIONAL	37
2. BASE DE PREPARAÇÃO	40
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	60
4. DAS CONCESSÕES	62
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS	64
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA	65
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	65
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	66
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	66
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	68
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	69
13. INVESTIMENTOS	69
14. IMOBILIZADO	73
15. INTANGÍVEIS	77
16. FORNECEDORES	78
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	79
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	80
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	84
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	84
21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	88
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	93
23. RECEITA	96
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	97
25. RESULTADO FINANCEIRO	99
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	99
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	101
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	109
29. SEGUROS	110



Geração e Transmissão S.A.

30.	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	112
31.	REVISÃO TARIFÁRIA DE TRANSMISSÃO	112
32.	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	112
33.	DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO	113
34.	DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA	115
35.	EVENTOS SUBSEQUENTES	116
	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	118
	PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	121
	DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES	122
	DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	123

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Uma trajetória de sucesso

Podemos afirmar que em 2011 a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) continuou na sua trajetória de consolidação de ativos no setor elétrico brasileiro e de manutenção da sua lucratividade em patamares elevados, mesmo com todos os desafios e dificuldades apresentadas em um cenário de queda no preço de energia, assegurando à Companhia estar entre as empresas com maior eficiência operacional no setor de geração e transmissão de energia no País.

Neste cenário de desafios em 2011, aumentamos a nossa lucratividade. Atingimos um lucro em 2011 de R\$1.269 milhões na comparação ao lucro de R\$1.084 milhões no ano anterior, um aumento de 17,07%. Também merece destaque a nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, R\$2.821 milhões em 2011 em comparação a R\$2.353 milhões em 2010, um aumento de 19,89%.

Em função desses expressivos resultados financeiros, pagamos dividendos em 2011 no montante de R\$1,3 bilhão, contribuindo de forma relevante para o caixa da nossa controladora.

De forma aderente ao planejamento estratégico da nossa controladora, Companhia Energética de Minas Gérias (“Cemig”), investimos em 2011 na aquisição de novos ativos. Fizemos uma aquisição relevante no setor de transmissão, de R\$1,2 bilhão, com a aquisição de participação acionária em ativos do Grupo Abengoa. Com essa aquisição, nos consolidamos como uma das maiores empresas de transmissão do Brasil.

No setor de geração, adquirimos, em conjunto com a Light S.A. (“Light”), uma participação de 9,77% na usina de Belo Monte, a maior usina em construção no País, com capacidade instalada de 11.233 MW. Somada a nossa participação de 10,0% na usina de Santo Antônio, podemos afirmar que consolidamos a nossa atuação na região amazônica, a nova fronteira dos grandes projetos hidrelétricos brasileiros. Essas participações confirmam o compromisso da Cemig Geração e Transmissão em priorizar as fontes renováveis de energia em sua matriz energética.

Em um cenário de queda no preço da energia e buscando manter a lucratividade das nossas operações, aumentamos a nossa comercialização de energia elétrica em 2011, com a agregação de novos clientes ao nosso portfólio. Nossa liderança nacional no atendimento final aos grandes clientes livres faz com que tenhamos um volume de vendas equivalente ao dobro do volume vendido pelo concorrente mais próximo.

Quanto a sustentabilidade das nossas ações, foi lançada pela Cemig, nossa controladora, um documento que lista nossas 10 iniciativas para o clima. Com certeza as ações da Cemig Geração e Transmissão tem um papel relevante para cumprimento dessas iniciativas. Esse documento evidencia a preparação e o comprometimento da Companhia para uma economia de baixo carbono e visa alinhar os negócios com base na avaliação dos riscos e oportunidades climáticas, informando à sociedade e aos investidores as linhas de atuação adotadas pela Companhia.

E importante também destacar que os resultados da Cemig Geração e Transmissão somente são possíveis graças à qualidade técnica e comprometimento do nosso quadro de colaboradores, mais de 1.700 empregos diretos, não considerando o volume de empregos indiretos através de nossos fornecedores.

Temos a expectativa que a economia brasileira continue a crescer em 2012 e a Cemig Geração e Transmissão tem um papel importante para a sociedade brasileira, garantindo a sustentabilidade desse crescimento através da disponibilização dos nossos ativos de transmissão, localizados em praticamente todo o País, para o transporte da energia e também através da geração de energia das nossas usinas.

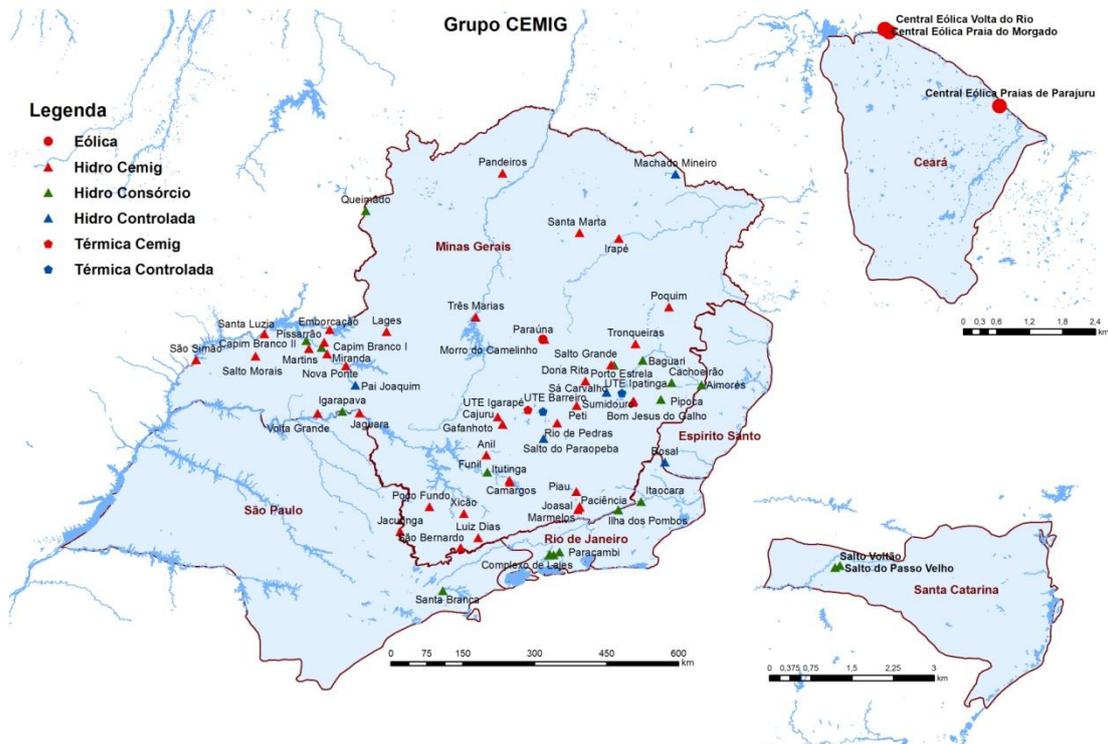
Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e competência e, em especial, ao nosso acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica, através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também o seu potencial eólico, mapeado em 2010 pela Cemig através do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Cemig Geração e Transmissão possui, em operação, 52 usinas, sendo 46 hidrelétricas, 2 termelétricas e 4 eólicas, com capacidade instalada de 6.362 MW.

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da Cemig Geração e Transmissão.



Transmissão

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional. A previsão do mercado para os próximos anos é de crescimento ainda mais acelerado, com a complementação da integração dos grandes projetos de geração no Norte do País ao sistema interligado nacional.

O ambiente de competição e a expansão do sistema com leilões de linhas trouxe um novo olhar para o setor de transmissão. A Cemig seguiu a tendência do mercado, buscando oportunidades de crescimento com agregação de valor, através da participação em empresas transmissoras, merecendo destaque as participações no Grupo TBE, na Taesa e a aquisição de participação na Abengoa em 2011.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação de concessões

A Cemig Geração e Transmissão tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica. Os prazos dos contratos de concessão variam de acordo com a data da outorga.

O Ministério de Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho técnico para analisar os critérios que serão aplicados nas renovações das concessões de geração, transmissão e distribuição com vencimento a partir de 2015. As sugestões serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética e terão como objetivo, segundo declarações dos participantes desse grupo, a redução nas tarifas para os consumidores.

É esperada para 2012 uma definição pelo Governo Federal dos critérios para a renovação das concessões, quando então será possível determinar o impacto desses critérios nos resultados da Companhia.

Leilões de Energia Elétrica

A Cemig Geração e Transmissão participou de três leilões do Ambiente de Contratação Regulada, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com período de fornecimento compreendido entre 2011 e 2014, onde foram vendidos pela Companhia:

Leilão	Montante (MW médios)	Preço médio (R\$/MWh)
Leilão A-1	85,00	80,00
Leilão de ajuste 1º Semestre	85,00	108,00
Leilão de ajuste 2º Semestre	62,00	54,73

No ambiente livre, a Cemig Geração e Transmissão promoveu no ano de 2011 um total de 65 leilões, entre compras e vendas de energia, comercializando um volume de 30.226 GWh (geração própria) e participou de um total de 96 leilões de compra e venda de terceiros, comercializando um volume de 4.109 GWh. Desta maneira a Companhia comercializou um volume total de 34.335 GWh.

(Não auditado pelos auditores independentes)

Energia (GWh)	
Próprio – Curto Prazo	188
Próprio – Longo Prazo	30.038
Total Próprio	30.226
Terceiros – Curto Prazo	1.083
Terceiros – Longo Prazo	3.026
Total Terceiros	4.109
Total Geral	34.335

A estratégia de atuação da Cemig Geração e Transmissão nos leilões de energia do Ambiente de Contratação Livre está embasada por premissas estabelecidas pela Companhia, como uma curva de preços futuros aprovada e pelo Balanço Estrutural de Energia, o qual define a disponibilidade a ser direcionada para os agentes deste mercado.

Todas as operações são analisadas considerando as melhores práticas de governança corporativa e devem agregar valor aos resultados projetados, maximizando a receita e o lucro líquido além de minimizar a volatilidade do fluxo de caixa operacional.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2011, um resultado de R\$1.269 milhões em comparação ao resultado de R\$1.084 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 17,07%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2011 R\$ milhões	2010 R\$ milhões Reclassificado	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	4.300	3.703	16,12
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	1.330	1.058	25,71
Receita de Construção	92	163	(43,56)
Outras receitas operacionais	22	28	(21,43)
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.187)	(1.026)	15,69
	4.557	3.926	16,07

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado				Preço Médio – R\$	
	MWh (**)		R\$ milhões			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Industrial	19.841.439	18.644.010	2.488	2.079	125,40	111,51
Comercial	101.282	56.067	23	15	229,44	272,87
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	65	14	-	-
	19.942.721	18.700.077	2.576	2.108	129,21	112,75
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	15.300.801	15.253.926	1.539	1.446	100,57	94,80
Transações com energia na CCEE	3.797.573	2.401.305	149	125	39,04	51,94
Vendas no Proinfa	120.827	84.771	36	24	298,08	280,49
Total	39.161.922	36.440.079	4.300	3.703	109,79	101,62

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.300 milhões em 2011 em comparação a R\$3.703 milhões em 2010, representando um aumento de 16,12%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 6,65% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização de energia em 2011. Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias não ter variado significativamente, houve um aumento de 6,43% na receita com energia vendida, R\$1.539 milhões em 2011 comparados a R\$1.446 milhões em 2010, em função do aumento de 6,09% no preço médio de venda da energia, R\$100,57 no exercício de 2011 em comparação a R\$94,80 no exercício de 2010.

Receita de Concessão da Transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A receita de concessão da transmissão foi de R\$1.330 milhões em 2011 comparados a R\$1.058 milhões em 2010, um aumento de 25,71% em decorrência, principalmente, da atualização monetária do ativo de transmissão da Taesa, com um impacto no resultado da Cemig Geração e Transmissão de R\$178 milhões. Essa atualização foi decorrente da divulgação do índice de atualização da tarifa da Taesa a partir de julho de 2011, no percentual de 9,77%.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.187 milhões comparados a R\$1.026 milhões em 2010, um aumento de 15,69%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$59 milhões em 2011 comparados a R\$46 milhões em 2010, representando um aumento de 28,26%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE foram de R\$38 milhões em 2011 na comparação com R\$37 milhões em 2010, com aumento de 2,70%, e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.102 milhões em 2011 na comparação com R\$1.947 milhões em 2010, representando um aumento de 7,96%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$583 milhões em 2011 comparados a R\$371 milhões em 2010, representando um aumento de 57,14%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$300 milhões em 2011 comparados a R\$307 milhões em 2010, representando uma redução de 2,28%. Este resultado decorre, principalmente, da redução do número de empregados médios, que foi de 1.804 em 2011 e 1.922 em 2010, uma variação de 6,14%, compensando o aumento nos salários em função dos acordos coletivos de nov/10 (efeito integral em 2011) e nov/11, com reajustes médios de 7% e 8,20% respectivamente.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$55 milhões em 2011 comparados a R\$75 milhões em 2010, representando uma redução de 26,67%.

Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$11 milhões relativo à Participação Extraordinária adicional prevista no Acordo Coletivo de Trabalho de 2009.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$164 milhões em 2011 na comparação com R\$149 milhões em 2010 representando um aumento de 10,07%. A principal variação ocorreu nos serviços de consultoria, parcialmente compensado com a redução de custos com cortes e religações de consumidores. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 24b das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$12 milhões em 2011 comparados a uma reversão de provisão de R\$9 milhões em 2010. Esta variação decorre, principalmente, da reversão de provisões de contingências trabalhistas e provisões para créditos de liquidação duvidosa em 2010 para adequação às expectativas de perdas da Companhia. Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$92 milhões em 2011 comparados a R\$164 milhões em 2010, representando uma redução de 43,90%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, e sua redução decorre de menor investimento em ativos da concessão no exercício de 2011.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

(metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O Lajida da Companhia apresentou um aumento de 19,89% em 2011 na comparação com 2010. O expressivo aumento do Lajida em 2011 decorre basicamente do incremento de 16,06% na receita líquida, resultado da maior atividade de comercialização, em comparação a um menor crescimento nas despesas, de 7,96%, refletindo a otimização de custos implementada pela Companhia.

LAJIDA - R\$ mil	2011	2010	Var %
Resultado do Exercício	1.269	1.084	17,07
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	494	382	29,32
+ Resultado Financeiro	692	513	34,89
+ Amortização e Depreciação	366	374	(2,14)
= LAJIDA	2.821	2.353	19,89

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$692 milhões em 2011 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$513 milhões em 2010, um aumento de 34,89%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$747 milhões em 2011 comparados a R\$642 milhões em 2010. Esse aumento decorre basicamente dos novos empréstimos e financiamentos obtidos em 2011 e da maior variação do CDI no primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrência do aumento na taxa Selic definida pelo Banco Central do Brasil;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$88 milhões em 2011 na comparação com R\$67 milhões em 2010. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados à variação do IPCA em 2011 em comparação a 2010. A variação acumulada do IPCA em 2011 foi de 6,50% comparada a 5,91% em 2010;
- despesa líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$1 milhão em 2011 na comparação a uma receita líquida de R\$37 milhões em 2010. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGPM nos períodos comparados. Em 2011 o IGPM apresentou variação positiva de 5,1% e, em 2010, uma variação de 11,32%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$494 milhões em relação ao Resultado de R\$1.763 milhões, representando um percentual de 28,02%. Em 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$382 milhões em relação ao Resultado de R\$1.466 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 26,06%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento. Acreditamos que nossas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender nossas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$1.550 milhões, em comparação com R\$1.762 milhões em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, nem o nosso caixa, nem nossos equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta redução são apresentadas abaixo.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado por atividades operacionais em 2011 e 2010 totalizou R\$2.070 milhões e R\$1.622 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado por atividades operacionais em 2011 em comparação com 2010 deveu-se, substancialmente, ao aumento do resultado do exercício, parcialmente compensado pelo aumento de ativos, especialmente na rubrica Consumidores e Revendedores em decorrência do aumento do faturamento em 2011.

Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2011 e 2010 totalizou, respectivamente, R\$1.452 milhões e R\$1.936 milhões. A redução nos valores consumidos em atividades de investimento em 2011 comparado com 2010 deveu-se principalmente ao menor volume de investimentos em ativos financeiros (R\$995 milhões em 2011 e R\$1.077 milhões em 2010) e aos resgates de aplicações em Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$149 milhões (aplicação de R\$319 milhões em 2010).

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Financiamento

Estamos empenhados em prolongar nosso perfil de dívidas por meio de veículos de financiamento de longo prazo a baixas taxas de juros, sendo os vencimentos e obrigações destes compatíveis com a natureza de nossos negócios, que é de capital intensivo. Procuramos equilibrar as proporções de financiamentos de curto e longo prazo e não aumentar nossa exposição a taxas de curto prazo, nem sofrer qualquer pressão de liquidez. Maiores detalhes de nossa política de captação podem ser vistos no item seguinte deste relatório, Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida.

O fluxo de caixa consumido em atividades de financiamento durante 2011 totalizou R\$829 milhões, e foi composto pela amortização de R\$743 milhões de financiamentos e o pagamento de R\$1.280 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos produtos de financiamentos no montante de R\$1.194 milhões.

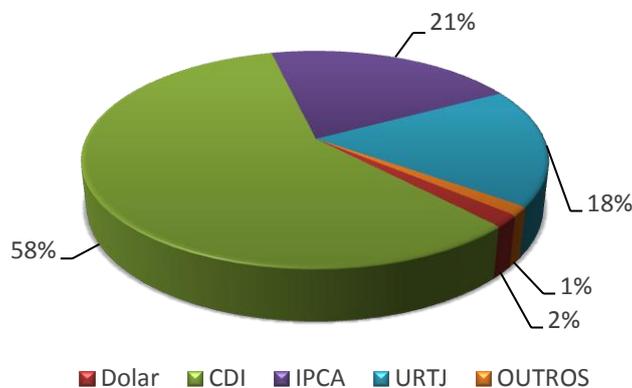
O fluxo de caixa usado em atividades de financiamento durante 2010 totalizou R\$968 milhões, e foi composto pela amortização de R\$3.882 milhões de financiamentos e o pagamento de R\$1.478 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos produtos de financiamentos no montante de R\$4.392 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem “grau de investimento”, ou seja, baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. Essa situação tem evidenciado que o processo de expansão das atividades da Companhia tem se dado de forma sustentável.

A Cemig Geração e Transmissão, como empresa controladora, valeu-se de sua confortável posição de caixa para pagar o seu serviço de dívida, num montante de R\$1.219 milhões (sendo R\$689 milhões de principal), sem, praticamente, recorrer a novas captações, como forma de otimizar sua alavancagem. Porém, numa visão consolidada, o endividamento da Companhia foi afetado pelos financiamentos contratados pelas suas subsidiárias para custear os investimentos em geração, principalmente na UHE Santo Antônio e UHE Belo Monte, e em transmissão, destacando-se a emissão de Notas Promissórias da Taesa, no valor de R\$1,17 bilhão (afetando o endividamento da Cemig Geração e Transmissão em R\$663 milhões), para a aquisição dos ativos do Grupo Abengoa. Dessa forma, a dívida da Cemig Geração e Transmissão terminou o ano em R\$8.348 milhões, comparados com R\$7.636 milhões ao final de 2010.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2011



A composição da dívida da Cemig Geração e Transmissão é reflexo das fontes de recursos à disposição da Companhia (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida

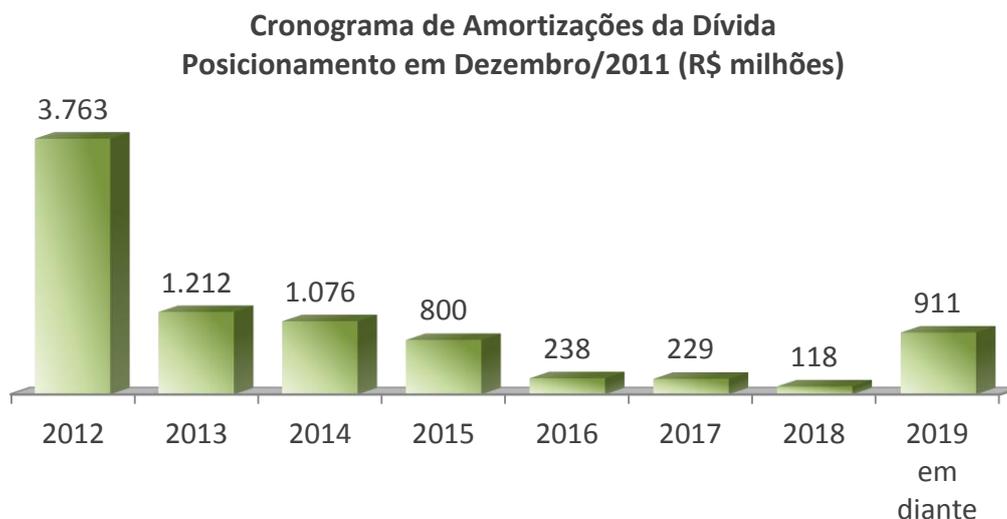
e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente de 2%). A expressiva concentração da dívida no CDI (58%) reduzirá o custo da dívida num cenário de redução das taxas de juros no longo prazo. O custo médio da dívida da Cemig Geração e Transmissão é de 6,58% a.a., a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3,4 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2012, conforme gráfico a seguir, que foi parcialmente refinanciada, em março de 2012, com uma operação de longo prazo envolvendo o mercado de capitais local.

Em março de 2012, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350.000.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1.000.000, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



As avaliações de risco de crédito (“ratings”) da Cemig Geração e Transmissão e de suas principais controladas não se alteraram ao longo de 2011, mesmo num cenário de expansão da Companhia, via projetos ou via aquisições, refletindo uma percepção positiva de rentabilidade saudável e de forte geração de caixa, assegurada por sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez adequado, conforme sustentam as principais agências de rating. Apenas a perspectiva foi alterada para estável, por parte da Moody’s.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2012 que, ao resultado do exercício e saldo de lucros acumulados referentes à realização da Reserva de Ajustes de Avaliação, nos montantes de R\$1.269 milhões e R\$109 milhões, respectivamente, seja dada a seguinte destinação:

- R\$223 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$486 milhões referente dividendos intermediários já declarados em 2011;
- R\$63 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,
- R\$606 milhões para pagamento de dividendos adicionais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo os conselheiros ser reeleitos ao término do mandato. Em 2011, foram realizadas 26 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

Contamos ainda com 6 (seis) Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos ao término do mandato. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao *Securities Act* e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2011 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas Demonstrações Contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig Geração e Transmissão e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2011 R\$ mil	% em relação à auditoria	2010 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria de Demonstrações Contábeis	206	100,00	357	100,00
Serviços adicionais:				
- Diagnóstico e avaliação de controles internos - SOX	84	40,78	79	22,13
- Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	40	19,42	17	4,76
- Auditoria de Projetos de P&D	12	5,83	-	-
- Tradução de relatórios	3	1,46	2	0,56
- Treinamento de DIPJ e mudanças na legislação	6	2,91	6	1,68
Total Geral	351	170,39	461	129,13

Os serviços adicionais não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

INVESTIMENTOS

Novas aquisições

As aquisições de novos ativos vão ao encontro da estratégia da Cemig em se tornar uma empresa consolidadora, aumentando a sua competitividade no mercado, sendo as principais aquisições descritas a seguir.

UHE Belo Monte

Foi adquirida em 2011, em conjunto com a Light, a participação de 9,77% na UHE Belo Monte. A aquisição estratégica de participação da Cemig Geração e Transmissão na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, equivale a 9,77% do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa que detém a concessão da usina. A aquisição foi realizada através da Sociedade de Propósito Específico (SPE), Amazônia Energia Participações S.A (“Amazonia”), especialmente criada com essa finalidade, cujas sócias são a Cemig Geração e Transmissão, com 74,5% do capital total, e a Light, com 25,5%.

Grupo Abengoa

A Cemig Geração e Transmissão por meio da sua controlada Taesa, concretizou também a aquisição de uma concessão e participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo Abengoa.

A Taesa adquiriu: (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no Capital Social da Abengoa Participações Holding S.A. que, por sua vez, é titular de 100% de participação no capital social total das transmissoras STE - Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A.; e, (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. Pela aquisição a Taesa pagou R\$1.163 milhões, liquidados em 25 de novembro de 2011.

Mapa de participação da Taesa no Grupo Abengoa:

MAPA DE PARTICIPAÇÃO – GRUPO TAESA								
Concessões	Data de Aquisição	Contrato de Concessão	Início da Concessão	Término da Concessão	% de participação	Localidades das Subestações	Extensão/Tensão da linha de transmissão	
STE – Sul Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	081/2002	19/12/2002	19/12/2032	50%	Maçambará (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), Uruguaiana (RS)	364,45 KM	230 KV
ATE Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	003/2004	18/02/2004	18/02/2034	50%	Londrina (PR), Assis (SP), Araraquara (SP)	364,21 KM	525 KV
ATE II Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	011/2005	15/03/2005	15/03/2035	50%	Colinas do Tocantins (TO), Ribeirão Gonçalves (PI), São João do Piauí (PI), Sobradinho (BA)	921,82 KM	500 KV
ATE III Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	001/2006	37/03/2006	27/03/2036	50%	Colinas do Tocantins (TO), Marabá (PA), Parauapebas (PA)	324,86 KM 107,71 KM	500 KV 230 KV

Outros investimentos

Estudo de viabilidade técnica e econômica.

No exercício de 2011 foram feitos estudos de viabilidade dos seguintes projetos: UHEs Crenaque, UHE Resplendor, UHE Pompéu e UTE de Resíduos sólidos urbanos. O investimento total nesses estudos foi de R\$2,8 milhões. As capacidades instaladas dos projetos foram de 48MW, 70MW, 175MW e 30MW, respectivamente.

Empreendimentos com início das obras para 2012.

As PCHs com início das obras previstas para 2012 são: Jacaré, Senhora do Porto, Fortuna II e Dores de Guanhões. As capacidades instaladas dos projetos são de 9MW, 12MW, 9MW e 14MW, respectivamente.

Revitalização do parque gerador

A Cemig Geração e Transmissão, esta realizando um amplo programa de revitalização de suas usinas, cujo objetivo é restabelecer a vida útil das plantas, estimada em 30 anos. Encontram-se em andamento os processos de reforma e modernização das UHE's de São Simão, Volta Grande e de Salto Grande. O programa, que se estende até o ano de 2025, contempla também as usinas de Três Marias, Itutinga, Camargos, Jaguara, Emborcação, Nova Ponte e Miranda.

Plano Diretor de Automação na Geração e Transmissão

Seguindo o cronograma estabelecido no Plano Diretor de Automação, foram implementadas as tele-assistências de 13 usinas, 12 pequenas centrais hidrelétricas ("PCH's") e 24 subestações de transmissão ("SE"). Um dos destaques do plano é a usina de Rosal, primeiro ativo da Cemig localizado fora do Estado de Minas Gerais, a ser controlado pelo Centro de Operação do Sistema – COS em Belo Horizonte. O Plano Diretor de Automação contempla a tele-assistência de 17 usinas, 14 PCH e 37 SE's da transmissão, com previsão de conclusão para 31 de dezembro de 2016.

Investimentos em Subestações e Linhas de Transmissão

Dos investimentos feitos em linhas de transmissão e subestações da Cemig e suas Controladas, destacamos:

- Linhas de transmissão recapacitadas: Neves – Três Marias com uma tensão de 345KV e uma extensão de 246Km, Pimenta – Taquaril com uma tensão de 345KV e uma extensão de 216Km. Os investimentos foram de R\$15 milhões.
- Subestações em construção: SE Pimenta com tensão de 138KV e SE Neves 1, com ampliação para tensão de 500KV. Os investimentos foram de R\$38 milhões.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos presentes na matriz corporativa da Cemig Geração e Transmissão se referem aos eventos que possam impedir o alcance dos objetivos e das diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico. Os riscos são avaliados pelo seu impacto financeiro e sua probabilidade de ocorrência nos diversos negócios da cadeia de valor. Anualmente todos os riscos são atualizados pelos gestores responsáveis.

A mensuração de riscos para a Cemig Geração e Transmissão é fundamentada em quatro dimensões: Objetivos, Riscos, Controles e Alinhamento.

Em 2011 foi criado o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC que tem como principais atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (II) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e, (III) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Companhia.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

A Cemig tem buscado, ao longo de 11 anos de programa de pesquisa e desenvolvimento, investir em projetos inovadores nos mais variados temas relativos ao seu negócio. Em função da Lei 9.991 de 2.000, todo ano, 1% da sua receita operacional líquida é destinada a projetos de P&D e Eficiência Energética.

No início do ano de 2011, a Cemig e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig assinaram um convênio para o desenvolvimento de projetos de P&D relacionados ao setor elétrico, cujos investimentos pela Cemig Geração e Transmissão, nos próximos cinco anos, totalizarão R\$50 milhões.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2010, dos 220 projetos recebidos, foram selecionados 30 projetos de pesquisa e desenvolvimento que se iniciaram em 2011, com investimentos em 12 temas estratégicos de interesse da Cemig e do setor elétrico.

Com a celebração do convênio com a Fapemig e do lançamento do edital de captação em maio de 2011, foram encaminhadas mais 229 propostas de projetos. A fase seguinte desse processo, de seleção e priorização, deverá se encerrar logo no início do ano de 2012.

Deve ainda ser ressaltado que conseguimos incentivos fiscais em nossos projetos de P&D que representaram uma redução em 2011 de R\$3 milhões na carga tributária da Cemig Geração e Transmissão.

Tecnologia e alternativas energéticas

A Cemig continua investindo em projetos que empregam fontes de energia renováveis, a exemplo da energia eólica e da energia solar, das pequenas centrais hidrelétricas. Em consonância com estes esforços, há também investimentos em projetos focados no uso racional e na conservação de energia, em cogeração, trigeração e geração distribuída, além da utilização de combustíveis alternativos, tais como hidrogênio, álcool, gás natural, resíduos sólidos, resíduos de processo industriais e biodiesel, somados ao aprimoramento de veículos elétricos e projetos de supercapacitores, janelas inteligentes e células a combustível de alta temperatura.

Em sintonia com a mobilização global em torno das mudanças climáticas, a Cemig tem buscado alternativas energéticas desde a fonte primária até o uso final, para viabilizar um futuro sustentável resultante de um melhor aproveitamento da energia com emissões reduzidas.

Em julho de 2011 foi celebrado um contrato de prestação de serviços para desenvolvimento de um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento denominado “Estabelecimento de Metodologia para a Matriz Energética de Minas Gerais” entre a Fundação João Pinheiro, na condição de contratada, e a Cemig, na condição de contratante, no âmbito do Programa de P&D CEMIG/ANEEL 2011, com duração de 24 meses.

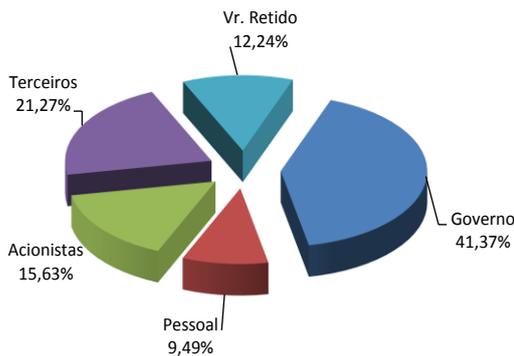
RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação da Cemig Geração e Transmissão com as comunidades onde atua não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social.

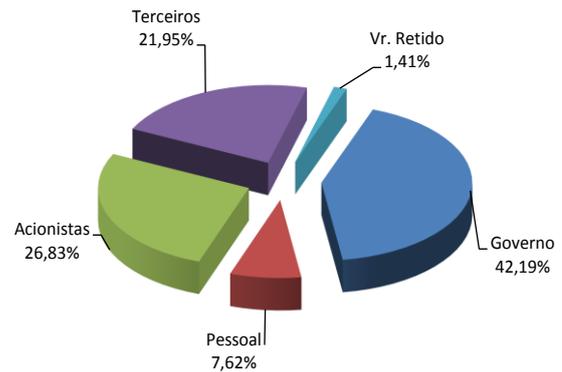
Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, a sua geração de riqueza, com R\$4.493 milhões de valor adicionado em 2011 em comparação a R\$3.890 milhões em 2010.

Distribuição do Valor Adicionado em 2010



Distribuição do Valor Adicionado em 2011



Recursos Humanos

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Atração e Retenção de Talentos

Conjugando as necessidades da Companhia com as expectativas de desenvolvimento de carreira dos empregados, a Cemig promove periodicamente o processo de mobilidade interna entre carreiras, o que proporciona aos empregados o ingresso em carreira profissional de seu interesse, seleção interna e concurso externo.

Visando a gestão de talentos para a liderança, a Cemig realiza o programa de Gestão Sucessória desde 2007. O programa visa ao planejamento da substituição de posições de liderança, tornando-se uma ferramenta apropriada na identificação de potenciais sucessores com perfis adequados às competências requeridas. Atualmente, 37% do quadro de liderança da Cemig é oriundo do Programa de Gestão Sucessória. Em dezembro de 2011, este programa foi vencedor do Prêmio FUNCOGE 2011 na categoria “Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas”.

Programa de Desenvolvimento da Liderança

O Programa de Desenvolvimento da Liderança contempla uma série de programas educacionais, dos quais se pode citar: Cemig Liderança em Gestão – Celig, Programa de Gestão Avançada, Programa de Desenvolvimento das Habilidades Pessoais para Potenciais Sucessores, Programa Trilhas da Liderança e Trilhas Internacionais.

Número de empregados



Cultura e Sociedade

Em 2011, nossos patrocínios permaneceram alinhados a estratégia de manutenção de projetos formadores de público e fomento a segmentos específicos, atuando com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado.

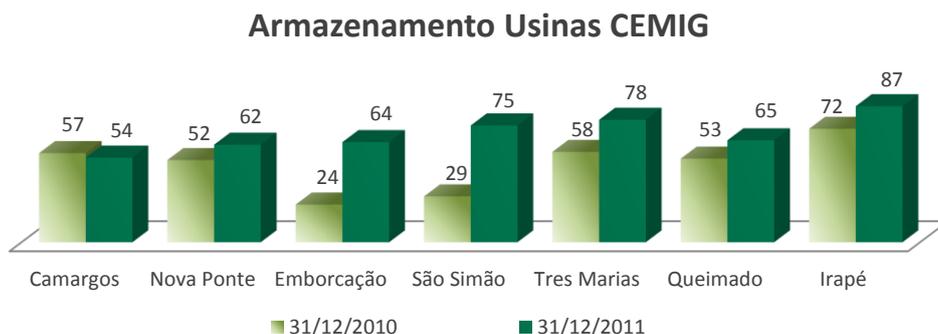
Os dois programas da Companhia – o Cemig Cultural e o Filme em Minas apoiaram 144 projetos em 21 municípios, atendendo a meta de regionalização da produção da Secretaria de Estado da Cultura. O total investido em Cultura, entre patrocínios incentivados por leis federais e através de doações de recurso próprio, foi de R\$7,8 milhões.

Meio Ambiente

A Cemig desenvolve e gerencia uma série de iniciativas que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas, o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais e os programas de preservação da flora e fauna, os programas direcionados à preservação de peixes e à arborização urbana.

Dimensão Ambiental

A Cemig realiza uma série de atividades que visam à sustentabilidade ambiental. A qualidade de água dos principais reservatórios é monitorada regularmente. No gráfico a seguir pode ser observado o nível dos principais reservatórios de nossas usinas no exercício de 2011 comparado ao exercício de 2010.



Gestão de Resíduos

Em 2011, foram encaminhadas para reciclagem lâmpadas fluorescentes queimadas provenientes de toda a área de concessão da Companhia.

Foram alienados ou reciclados vários materiais e equipamentos. Co-processados resíduos impregnados com óleo (luva, estopas e serragem) e equipamentos de proteção individual e acessórios. Foram incinerados solventes e outros resíduos representando destinação final adequada dos mesmos.

Programas para a Ictiofauna

A Cemig desenvolve, desde 2007, o Programa Peixe Vivo, com o compromisso de aumentar esforços na busca de soluções para evitar/mitigar impactos sobre a ictiofauna e ampliar os programas de conservação de peixes, em parceria com as comunidades, pescadores e universidades. Em 2011 foram soltos 834.607 indivíduos totalizando 17.131,42 kg de peixes soltos em 83 peixamentos.

Um dos projetos de destaque em 2011 é o estudo do comportamento de peixes a jusante de barragens. Utilizando uma técnica inédita na América do Sul, a telemetria acústica, a Cemig tem como objetivo obter informações para conservar os espécimes e evitar morte de peixes em usinas durante a parada e partida de máquinas.

Flora e Fauna

Para ampliar o conhecimento e a disponibilização de informações sobre a fauna e flora em suas áreas de atuação, a Cemig mantém estações ambientais que somam mais de quatro mil hectares em dois importantes biomas; a Mata Atlântica e o Cerrado.

Por meio de uma parceria firmada entre a Cemig e o IBAMA, na Estação Ambiental de Peti, é desenvolvido o Projeto ASAS - Área de Soltura de Aves Silvestres que em 2011 recebeu 638 animais provenientes de apreensões do tráfico de animais. Por meio do projeto, os animais são recebidos, recuperados e reintroduzidos na natureza em locais criteriosamente definidos em semelhança ao habitat natural das espécies.

A Companhia administra dois viveiros florestais localizados nas estações ambientais de Itutinga e de Volta Grande e um laboratório de sementes. As mudas produzidas são de espécies nativas e destinadas à arborização urbana e atendem aos programas ambientais e parcerias da Cemig com a sociedade. A Cemig produziu 430 mil mudas. As ações voltadas ao reflorestamento de Matas Ciliares, desenvolvidas no ano de 2011, se concentraram na produção e beneficiamento de sementes, produção de mudas e plantio de Matas Ciliares. Ao todo foram plantados 89 ha de matas ciliares, em 7 reservatórios de usinas da Companhia.

A qualidade da água dos reservatórios da Cemig é monitorada regularmente, em uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, perfazendo um total de 43 reservatórios e mais de 200 estações de coleta de dados físicos químicos e biológicos.

Educação Ambiental

Desde 2001, a Cemig Geração e Transmissão, em parceria com a Fundação Biodiversitas, desenvolve o Programa Cemig de Educação Ambiental nas Escolas - Terra da Gente, que em 2011 cadastrou 11 escolas, totalizando 429 escolas da região de Campo das Vertentes e Sul de Minas. O programa disponibilizou material didático para aproximadamente 16 mil professores e envolveu mais de 250 mil alunos.

Mudanças Climáticas

A relevância global das discussões sobre mudanças climáticas traz para a Cemig uma atenção especial na consolidação de sua matriz energética basicamente renovável, na identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de focar na busca de soluções para adaptação e mitigação dos possíveis efeitos que possam impactar nos negócios da Companhia.

Com o objetivo de formalizar o seu compromisso em relação às mudanças climáticas, a Cemig divulgou o documento “Cemig - 10 Iniciativas para o Clima”, onde estão definidas as principais linhas de atuação da Companhia.

Além de priorizar a participação de fontes de energias renováveis na composição de sua matriz energética, através de usinas hidrelétricas e eólicas, a Cemig possui inúmeras iniciativas em prol do clima, como o programa que desenvolve com a comunidade sobre o uso eficiente da energia.

A divulgação do documento representa a preparação e o comprometimento da Companhia para uma economia de baixo carbono, informando à sociedade e aos investidores as linhas de atuação adotadas pela Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração e Transmissão é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

1) Base de Cálculo	2011			2010 (Reclassificado)		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			4.556.700			3.926.201
Resultado Operacional (RO)			1.762.587			1.466.369
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			268.188			260.778
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	14.239	5,31	0,31	15.720	6,03	0,40
Encargos sociais compulsórios	66.037	24,62	1,45	61.800	23,70	1,57
Previdência privada	16.747	6,24	0,37	16.297	6,25	0,42
Saúde	9.021	3,36	0,20	8.169	3,13	0,21
Segurança e medicina no trabalho	2.128	0,79	0,05	2.055	0,79	0,05
Educação	558	0,21	0,01	243	0,09	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	11.467	4,28	0,25	15.657	6,00	0,40
Creches ou auxílio-creche	473	0,18	0,01	424	0,16	0,01
Participação nos lucros ou resultados	52.082	19,42	1,14	75.191	28,83	1,92
Outros	3.780	1,41	0,08	3.959	1,53	0,10
Total - Indicadores Sociais Internos	176.532	65,82	3,87	199.515	76,51	5,08
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	7.812	0,44	0,17	9.906	0,68	0,25
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	4.457	0,25	0,10	4.497	0,31	0,11
Total das Contribuições para a Sociedade	12.269	0,69	0,27	14.403	0,99	0,36
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.895.699	107,55	41,60	1.609.194	109,74	40,99
Total – Indicadores Sociais Externos	1.907.968	108,24	41,87	1.623.597	110,72	41,35
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia	91.500	5,19	2,01	52.573	3,59	1,34
Investimentos em programas e/ou projetos externos *	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	91.500	5,19	2,01	52.573	3,59	1,34
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			1.798			1.823
Nº de admissões durante o período			0			1
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			99			94
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária			803			761
- 2º Grau			907			927
- 1º Grau			62			105
- Até 1º Grau incompleto			26			30
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			888			784
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			270			272
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			14,13			17,04%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			556			567
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			17,39			13,63%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			11			11

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011			Metas 2012		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	16,18			ND		
Número total de acidentes de trabalho	20			ND		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __	na Companhia __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%	na Companhia __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2011: 4.493.448			Em 2010: 3.889.929		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	42,19% governo 26,83% acionistas	7,62% colaboradores (as) 21,95% terceiros 1,41% retido		41,37% governo 15,63% acionistas	9,49% colaboradores (as) 21,27% terceiros 12,24% retido	
7) Outras Informações						

I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2011, cerca de R\$ 53,7 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e Linhas de Transmissão.

II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.

III. Foram alienados ou reciclados 599 toneladas de materiais e equipamentos, destes 12 toneladas de lâmpadas fluorescentes.

IV. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia".

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2011	2010
Atendimento		
Número de consumidores	300	264
Número de empregados	1.798	1.823
Energia vendida por empregado - MWh	21.781	19.989
Mercado		
Geração própria	32.255	30.998
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	106,20	95,97
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	52	52
Número de Subestações	89	84
Linhas de Transmissão (Km)	9.518	8.768
Capacidade Instalada (MW)	6.368	6.458
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	4.557	3.926
Margem operacional - %	53,87	50,41
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	2.821	2.353
Resultado - R\$ milhões	1.269	1.084
Resultado por lote de 1000 ações	438	374
Patrimônio líquido - R\$ milhões	5.086	5.051
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.756	1.744
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	25,13	23,72
Endividamento do patrimônio líquido - %	208,32	190,37
Liquidez Corrente	0,52	2,06
Liquidez Geral	0,75	0,75

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Francelino Pereira dos Santos	Leonardo Maurício Colombini Lima
Guy Maria Villela Paschoal	Cezar Manoel de Medeiros
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Joaquim Francisco de Castro Neto	Adriano Magalhães Chaves
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
Otávio Marques de Azevedo	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Bruno Magalhães Menicucci
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Helton da Silva Soares	Rafael Cardoso Cordeiro
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Djalma Bastos de Moraes	Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schuffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
Fuad Jorge Noman Filho	Diretor de Gás
José Carlos de Mattos	Diretor de Distribuição e Comercialização
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães	Diretora Jurídica

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	1.550.033	1.761.817	1.150.309	1.402.213
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	170.492	319.277	170.239	319.277
Consumidores e Revendedores	07	467.200	397.301	454.950	389.599
Concessionários - Transporte de Energia		145.407	109.092	66.451	60.549
Ativo Financeiro da Concessão	12	696.199	360.508	42.106	42.362
Tributos Compensáveis	08	56.199	48.412	29.634	45.967
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	09	48.774	153.719	26.869	135.966
Revendedores - Transações com Energia Livre		22.080	29.959	22.080	29.959
Dividendos a Receber		-	-	10.726	118.086
Estoques		6.263	4.585	4.355	4.102
Outros Créditos		107.263	87.240	71.983	71.788
TOTAL DO CIRCULANTE		3.269.910	3.271.910	2.049.702	2.619.868
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	577.778	569.885	215.350	202.334
Tributos Compensáveis	08	31.947	9.732	28.921	9.517
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	09	4.057	3.319	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	11	157.107	125.923	150.510	123.756
Crédito com Pessoas Ligadas		6.060	4.529	3.255	14.623
Outros Créditos		57.827	49.967	8.559	8.475
Ativo Financeiro da Concessão	12	3.797.551	3.127.866	716.232	702.335
Investimentos	13	109.518	-	2.980.579	2.712.944
Imobilizado	14	7.199.635	7.024.474	5.677.753	5.947.539
Intangíveis	15	469.857	477.719	33.522	34.171
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.411.337	11.393.414	9.814.681	9.755.694
TOTAL DO ATIVO		15.681.247	14.665.324	11.864.383	12.375.562

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	2.404.850	512.764	1.645.152	466.200
Debêntures	18	3.275.955	507.375	3.122.650	490.511
Fornecedores	16	182.166	175.792	116.509	115.127
Impostos, Taxas e Contribuições	17	78.922	60.254	70.448	56.371
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	35.488	8.235	-	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		-	46.819	-	46.819
Salários e Encargos Sociais		64.857	57.346	57.039	53.864
Encargos Regulatórios	19	80.967	97.148	58.003	90.312
Participações nos Lucros		18.845	27.495	18.845	25.491
Dívidas com Pessoas Ligadas		29.900	15.396	29.900	15.396
Obrigações Pós-Emprego	20	17.048	17.033	17.048	17.033
Outras Obrigações		80.075	65.313	58.558	49.198
TOTAL DO CIRCULANTE		6.269.073	1.590.970	5.194.152	1.426.322
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	1.734.216	2.830.798	272.304	1.867.885
Debêntures	18	932.919	3.784.833	46.896	2.800.444
Provisões para Contingências	21	68.090	7.010	14.347	5.889
Obrigações Pós-Emprego	20	421.404	413.310	421.404	413.310
Impostos, Taxas e Contribuições	17	165.359	133.769	106.686	81.243
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	748.456	691.048	524.610	580.915
Encargos Regulatórios	19	70.283	32.341	70.162	32.341
Concessões a Pagar		123.871	111.558	123.871	111.558
Outras Obrigações		61.500	19.042	3.875	5.010
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.326.098	8.023.709	1.584.155	5.898.595
TOTAL DO PASSIVO		10.595.171	9.614.679	6.778.307	7.324.917
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR					
Capital Social	22	3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		989.503	844.198	989.503	844.198
Ajustes de Avaliação Patrimonial		799.788	909.662	799.788	909.662
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.086.076	5.050.645	5.086.076	5.050.645
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.681.247	14.665.324	11.864.383	12.375.562

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
RECEITA	23	4.556.700	3.926.201	3.891.623	3.433.470
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	24	(244.597)	(250.174)	(252.457)	(258.404)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(582.990)	(370.721)	(582.600)	(370.019)
		(827.587)	(620.895)	(835.057)	(628.423)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores		(228.069)	(229.794)	(215.734)	(211.348)
Materiais		(18.163)	(23.387)	(10.618)	(17.949)
Serviços de Terceiros		(115.392)	(132.466)	(104.952)	(119.139)
Depreciação e Amortização		(362.019)	(373.491)	(336.716)	(362.916)
Reversões (Provisões) Operacionais		(7.548)	9.070	(9.698)	5.174
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(147.531)	(135.470)	(146.345)	(135.409)
Custo de Construção		(92.396)	(163.780)	(56.980)	(61.282)
Outros Custos de Operação		(25.811)	(13.546)	(18.123)	(3.477)
		(996.929)	(1.062.864)	(899.166)	(906.346)
CUSTO TOTAL		(1.824.516)	(1.683.759)	(1.734.223)	(1.534.769)
LUCRO BRUTO		2.732.184	2.242.442	2.157.400	1.898.701
DESPESA OPERACIONAL					
Reversões (Despesas) com Vendas	24	(4.629)	2.235	(4.629)	2.343
Despesas Gerais e Administrativas		(113.137)	(146.382)	(138.956)	(143.506)
Outras Despesas Operacionais		(159.525)	(118.973)	(103.876)	(116.127)
		(277.291)	(263.120)	(247.461)	(257.290)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)		2.454.893	1.979.322	1.909.939	1.641.411
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	(744)	-	281.705	209.492
Receitas Financeiras	25	276.528	317.740	234.492	289.090
Despesas Financeiras	25	(968.090)	(830.693)	(770.896)	(708.301)
Lucro antes dos Impostos		1.762.587	1.466.369	1.655.240	1.431.692
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	(469.016)	(453.693)	(445.716)	(409.645)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(24.559)	71.434	59.488	62.063
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.269.012	1.084.110	1.269.012	1.084.110
Lucro atribuível ao acionista controlador da Companhia		1.269.012	1.084.110	1.269.012	1.084.110
Lucro Básico por ação ordinária				0,43807	0,37425
Lucro Diluído por ação ordinária				0,43807	0,37425

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.269.012	1.084.110	1.269.012	1.084.110
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa		(1.046)	2.111	(1.046)	2.111
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		356	(718)	356	(718)
		(690)	1.393	(690)	1.393
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.268.322	1.085.503	1.268.322	1.085.503
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia		<u>1.268.322</u>	<u>1.085.503</u>	<u>1.268.322</u>	<u>1.085.503</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva de Ajustes de Avaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.896.785	666.112	1.030.269	(74.325)	4.518.841
Resultado do Exercício	-	-	-	1.084.110	1.084.110
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	1.393	-	1.393
Total de outros resultados abrangente	-	-	1.393	1.084.110	1.085.503
Transações com Acionistas Registradas Diretamente no Patrimônio Líquido					
Aumento de Capital	400.000	(400.000)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$73,80 por lote de mil ações)	-	-	-	(213.773)	(213.773)
Dividendos (R\$ 114,24 por lote de mil ação)	-	-	-	(394.161)	(394.161)
Outras mutações no Patrimônio Líquido					
Ajustes de adoção de Normas Contábeis	-	-	-	54.235	54.235
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(122.000)	122.000	-
Constituição de Reservas					
Reserva Legal	-	54.206	-	(54.206)	-
Dividendos Propostos	-	523.880	-	(523.880)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.296.785	844.198	909.662	-	5.050.645
Resultado do Exercício	-	-	-	1.269.012	1.269.012
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	(690)	-	(690)
Total de outros resultados abrangentes	-	-	(690)	1.269.012	1.268.322
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido					
Juros sobre Capital Próprio (R\$76,99 por lote de mil ações)	-	-	-	(223.011)	(223.011)
Dividendos Intermediários Pagos (R\$167,77 por lote de mil ação)	-	-	-	(486.000)	(486.000)
Outras mutações no Patrimônio Líquido					
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(109.184)	109.184	-
Realização da Reserva de Dividendos Propostos	-	(523.880)	-	-	(523.880)
Constituição de Reservas					
Reserva Legal	-	63.451	-	(63.451)	-
Dividendos Propostos (R\$209,11 por lote de mil ação)	-	605.734	-	(605.734)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.296.785	989.503	799.788	-	5.086.076

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	1.269.012	1.084.110	1.269.012	1.084.110
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixas				
Depreciação e Amortização	366.268	374.435	340.215	363.860
Baixas Líquidas de Imobilizado	15.414	60.099	12.373	51.913
Equivalência Patrimonial	744	-	(281.705)	(209.492)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	(331.966)	(291.026)	87.723	66.440
Impostos Federais Diferidos	24.559	(71.434)	(59.488)	(62.063)
Provisões para Perdas Operacionais	12.742	(2.649)	13.087	(3.702)
Obrigações Pós-Emprego	51.866	46.614	51.866	46.614
	<u>1.408.639</u>	<u>1.200.149</u>	<u>1.433.083</u>	<u>1.337.680</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(74.528)	167.387	(69.980)	(25.450)
Tributos Compensáveis	(30.003)	(339)	(3.071)	31.892
IR/CS a Compensar	104.208	42.814	109.097	-
Transporte de Energia	(36.315)	(41.365)	(5.902)	(41.365)
Ativo Financeiro	434.053	237.541	39.793	-
Depósito Judiciais	(31.184)	(36.678)	(26.754)	(35.886)
Dividendos Recebidos	-	-	421.235	38.233
Outros	(23.214)	49.151	18.715	108.706
	<u>343.017</u>	<u>418.511</u>	<u>483.133</u>	<u>76.130</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	6.374	28.239	1.382	31.149
Tributos e Contribuição Social	102.467	(274.126)	29.687	12.253
Salários e Contribuições Sociais	7.511	(18.554)	3.175	(20.241)
Encargos Regulatórios	21.761	52.699	5.512	50.059
Empréstimos e Financiamentos	148.810	228.790	56.307	157.662
Obrigações Pós-Emprego	(43.757)	(46.230)	(43.757)	(46.230)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(3.149)	-	-
Outros	74.697	35.690	27.706	19.891
	<u>317.863</u>	<u>3.359</u>	<u>80.012</u>	<u>204.543</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.069.519	1.622.019	1.996.228	1.618.353
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	(110.261)	(1.577)	(299.805)	(929.677)
No Imobilizado	(475.041)	(537.802)	(77.150)	(86.166)
No Intangível	(20.973)	-	(1.457)	-
No Ativo Financeiro	(994.574)	(1.077.314)	(56.980)	(14.470)
Títulos e Valores Mobiliários	148.785	(319.277)	149.038	(319.277)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.452.064)	(1.935.970)	(286.354)	(1.349.590)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	1.194.111	4.392.503	7.071	2.756.811
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(743.640)	(3.882.281)	(689.139)	(2.979.668)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(1.279.710)	(1.478.169)	(1.279.710)	(1.478.169)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(829.239)	(967.947)	(1.961.778)	(1.701.026)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(211.784)	(1.281.898)	(251.904)	(1.432.263)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	1.761.817	3.043.715	1.402.213	2.834.476
No fim do exercício	1.550.033	1.761.817	1.150.309	1.402.213
	(211.784)	(1.281.898)	(251.904)	(1.432.263)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	625.624	448.654	529.775	363.298
Imposto de Renda e Contribuição Social	431.499	434.455	414.022	388.927

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	2011		2010		2011		2010	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	5.743.737		4.941.078		5.029.509		4.427.084	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.629)		2.343		(4.629)		2.343	
	<u>5.739.108</u>		<u>4.943.421</u>		<u>5.024.880</u>		<u>4.429.427</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(582.990)		(370.721)		(582.600)		(370.019)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(244.597)		(250.174)		(252.457)		(258.404)	
Serviços de Terceiros	(163.792)		(149.097)		(140.729)		(133.668)	
Materiais	(23.203)		(24.133)		(15.562)		(18.681)	
Custo de Construção	(92.396)		(163.780)		(56.980)		(61.282)	
Outros Custos Operacionais	(48.223)		(21.230)		(47.610)		(29.426)	
	<u>(1.155.201)</u>		<u>(979.135)</u>		<u>(1.095.938)</u>		<u>(871.480)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.583.907		3.964.286		3.928.942		3.557.947	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(366.268)		(374.435)		(340.215)		(363.860)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.217.639		3.589.851		3.588.727		3.194.087	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(744)		-		281.705		209.493	
Receitas Financeiras	276.553		300.079		234.483		270.384	
	<u>275.809</u>		<u>300.079</u>		<u>516.188</u>		<u>479.877</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.493.448		3.889.930		4.104.915		3.673.964	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	342.583	7,62	369.074	9,49	319.772	7,79	350.120	9,53
Remuneração direta	243.762	5,42	262.210	6,74	225.128	5,48	245.849	6,69
Benefícios	79.556	1,77	76.747	1,97	76.632	1,87	75.198	2,05
FGTS	14.959	0,33	14.289	0,37	13.706	0,33	13.246	0,36
Outras	4.306	0,10	15.828	0,41	4.306	0,11	15.827	0,43
Impostos, Taxas e Contribuições	1.895.699	42,19	1.609.194	41,37	1.728.969	42,12	1.536.112	41,81
Federais	1.462.074	32,54	1.231.452	31,66	1.298.684	31,64	1.165.591	31,73
Estaduais	431.139	9,59	371.423	9,55	428.893	10,45	368.707	10,03
Municipais	2.486	0,06	6.319	0,16	1.392	0,03	1.814	0,05
	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	986.154	21,95	827.552	21,27	787.162	19,18	703.622	19,15
Juros	968.089	21,54	811.675	20,87	770.895	18,78	689.284	18,76
Aluguéis	18.065	0,41	15.877	0,40	16.267	0,40	14.338	0,39
Remuneração de Capitais Próprios	1.269.012	28,24	1.084.110	27,87	1.269.012	30,91	1.084.110	29,51
Juros sobre Capital Próprio	223.011	4,96	213.773	5,50	223.011	5,43	213.773	5,82
Dividendos	486.000	10,82	394.161	10,13	376.816	9,18	394.161	10,73
Lucros Retidos	560.001	12,46	476.176	12,24	669.185	16,29	476.176	12,96
	<u>4.493.448</u>	<u>100,00</u>	<u>3.889.930</u>	<u>100,00</u>	<u>4.104.915</u>	<u>100,00</u>	<u>3.673.964</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui 52 Usinas, sendo 46 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 2 Termelétricas e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas e Controladas em conjunto:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operações em 2009;
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (Controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País. A TAESA possui as seguintes sociedades, por ela controlada:
 - Nordeste Transmissora de Energia S.A (“NTE”) (Controlada) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.
 - Abengoa Participações Holding S.A (“Abengoa”) (Controlada) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão em vários Estados brasileiros.
 - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) (Controlada em Conjunto) – Sociedade constituída com o propósito específico de explorar a concessão de serviços públicos de transmissão.
 - Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”) (Controlada em Conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso;
 - União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A (“UNISA”) (Controlada em Conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão em diversos estados.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A transmissora entrou em operação em junho de 2011.

Controladas e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para outubro de 2013;
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012. A Madeira tem apurado prejuízos nos últimos exercícios em função de estar em período pré-operacional e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.353.287 (R\$1.279.002 no Consolidado), com efeito proporcional na Cemig Geração e Transmissão de R\$127.900, em 31 de dezembro de 2011, decorrente principalmente do vencimento de parte do saldo das debêntures em 30 de setembro de 2012. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Madeira conta com os aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$2.881.000 para o exercício de 2012, para fazer face as suas obrigações de curto prazo. Também vem apresentando gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da usina, os quais, de acordo com as projeções financeiras, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. O montante constituído de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2011, com os referidos gastos de R\$11.510.013 (R\$1.151.001 proporcional à Cemig Geração e Transmissão) terá sua realização iniciada no primeiro trimestre de 2012, quando do início das operações, de acordo com as expectativas da Administração.
- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação no primeiro semestre de 2012.

- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão e a Light, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). A Cemig Geração e Transmissão detém 74,5% da Amazônia Energia enquanto a Light detém 25,5% e a previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Demonstrações Contábeis individuais. Assim sendo, as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia e as Demonstrações Contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Contábeis.

Em 06 de março de 2012, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo que foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2012.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 14 – Depreciação;
- Nota 15 – Amortização;
- Nota 20 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 21 – Provisões; e
- Nota 23 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Nota 28 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Reclassificação de Saldos Contábeis

Conta Original	2010 Consolidado	2010 Controladora	Conta de Reclassificação	2010 Consolidado Reclassificado	2010 Controladora Reclassificado
BALANÇO PATRIMONIAL			BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo			Ativo		
Não Circulante			Não Circulante		
Investimentos	(1.571)	(1.571)	Outros Créditos	1.571	1.571
Passivo			Passivo		
Não Circulante			Não Circulante		
Outras Obrigações	(111.558)	(111.558)	Concessões a Pagar	111.558	111.558
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		
Receita de Construção	-	-	Receita de Construção	11.532	-
Custo de Construção	-	-	Custo de Construção	11.532	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(75.191)	(73.133)	Outras Despesas Operacionais	75.191	73.133
Despesa Financeira Líquida	(512.953)	(419.211)	Receitas Financeiras	317.740	289.090
			Despesas Financeiras	830.693	708.301
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
Aumento (redução) de Passivos			Despesas e receitas que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós Emprego	(22.920)	(22.920)	Obrigações Pós Emprego	22.920	22.920
Outros	(23.126)	-	Juros e Variações Monetárias não-circulantes	23.126	-
(Aumento) redução de Ativos			(Aumento) redução de Ativos		
Outros	-	(38.233)	Dividendos Recebidos	-	38.233
Tributos Compensáveis	(42.814)	-	IR/CS a Compensar	42.814	-
(Aumento) redução de Ativos			Despesas e receitas que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Ativo Financeiro	237.541	-	Juros e Variações Monetárias não-circulantes	(237.541)	-
Aumento (redução) de Passivos			Aumento (redução) de Passivos		
Revendedores – Suprimento	(16.069)	(16.069)	Outros	16.069	16.069
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			Despesas e receitas que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
No ativo Financeiro	154.075	-	Juros e Variações Monetárias não-circulantes	(154.075)	-
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	(1.393)

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Investimentos: informação não relevante individualmente, relacionada ao custo de aquisição de participações em projetos audiovisuais em conformidade com a lei de incentivos fiscais vigente;
- Receita e Custo de Construção: apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações de Resultados e Demonstrações do Valor Adicionado em 2010,

foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas receitas e despesas operacionais;

- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais em 2010, foi reclassificada para outras despesas operacionais em função de se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- Despesa Financeira Líquida: foi efetuada a segregação entre Receita Financeira e Despesa Financeira;
- Ativo Financeiro: reclassificação de receita de ativo financeiro entre atividades operacionais e de investimentos para melhor apresentação.
- Obrigações Pós-Emprego: reclassificação relativa a variação monetária de obrigações pós-emprego provisionadas e não pagas, que afetaram o resultado porém não impactaram o caixa da Companhia.

Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes as atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Ativos Financeiros da Concessão, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações estão descritos na Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários e Equivalentes de Caixa.

Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – A Controlada em conjunto “Madeira” mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger o fluxo de caixa e regular as principais exposições de riscos financeiros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “*hedge* de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “*hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “*hedge* de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Para a utilização do *hedge accounting*, a “MADEIRA” ampara-se na sua Política classificando os derivativos aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa, ressaltando que sua administração considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

b) Moeda Estrangeira e Operações no Exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das ações em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível, não sendo depreciados ou amortizados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma receita de construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Somente são registrados no resultado os custos da infraestrutura que será utilizada durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Para as novas concessões se registra no ativo, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Para as concessões de transmissão antigas, outorgadas até o ano 2000, a Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos são integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (RAP), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente a receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Atividade de geração eólica - Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma receita de construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Os saldos dos ativos, utilizados integralmente durante o período da concessão, são reconhecidos no Ativo Intangível.

h) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; e, (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulado e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os ativos intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo o custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14 das Demonstras Contábeis Consolidadas.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

k) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do laudo atuarial. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

l)

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Concessões Onerosas - Uma provisão para concessões onerosas é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

m) Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados fiscalmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede básica de transmissão (concessões antigas) são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Para as novas concessões de transmissão, é registrada no resultado mensalmente a parcela do faturamento referente ao valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão. A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Também é registrada no resultado a receita de atualização do ativo financeiro constituído em função da construção das linhas.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

p) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro da concessão, intangível, imobilizado, e ativos intangíveis que não ágio.

s) Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Em função do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, existe uma expectativa de que as novas normas, emendas e interpretações do IFRS a serem emitidas pelo IASB sejam também aprovadas pelo CPC no Brasil antes da data requerida para que entrem em vigor.

Dessa forma, seguem abaixo, na interpretação da Companhia, as alterações do IFRS previstas para ocorrerem após 31 de dezembro de 2011 e ainda não adotadas no Brasil que podem impactar as Demonstrações Contábeis da Cemig Geração e Transmissão, estando ainda em processo de avaliação pela Administração e seus eventuais efeitos:

- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda) - O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.
- IAS 27 - Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em Demonstrações Contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Ventures* (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 – As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros, sendo que os principais esclarecimentos estão relacionados ao significado de um direito legalmente executável para ser liquidado pelo montante líquido e que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das Demonstrações Contábeis do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira do Grupo.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB examinará a contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no primeiro semestre de 2012.

- IFRS 10 – Demonstrações Contábeis Consolidadas - O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 – Acordos Conjuntos – O IFRS 11 faz parte de novo conjunto de normas de consolidação e outras normas relacionadas, os quais substituem também as exigências atuais para entidades controladas, alterando o IAS 28 *Investments in Associates and Joint Ventures*. A principal alteração ocorreu que todas as entidades controladas em conjunto que não se enquadrarem como uma operação conjunta, *joint ventures*, serão obrigadas a contabilizar sempre pelo método de equivalência patrimonial, extinguindo a opção de consolidação proporcional. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e sua adoção antecipada e encorajada.

- IFRS 12 – Divulgação de Participação em outras entidades – O IFRS contém requerimentos de divulgação mais extensos para entidades que possuem participações em subsidiárias, controles em conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas, demonstrando os efeitos dessas participações na posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa da entidade. Este pronunciamento entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo – O IFRS 13 define valor justo, estabelece uma estrutura conceitual para mensuração do valor justo e determina as exigências de divulgação à mensuração do valor justo. A principal mudança foi a definição de valor justo como sendo um preço de saída, valor da transação na data de mensuração. Esta emenda requer que a entidade utilize técnicas de avaliação que sejam adequadas nas circunstâncias e para as quais estejam disponíveis dados suficientes, maximizando o uso de *inputs* observáveis relevantes e minimizando o uso de *inputs* não-observáveis. Para atender a emenda, a entidade deverá ter divulgações mínimas para cada classe de ativo e/ou passivo, do processo de avaliação usado por ela para as mensurações e a descrição narrativa da sensibilidade das mensurações. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

u) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas Demonstrações Contábeis são regularmente revisadas/auditadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle, ou controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, ou controle compartilhado, deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O controle conjunto da Companhia é estabelecido por meio de acordo de acionistas, previamente assinado, cujas decisões estratégicas, financeiras e operacionais são tomadas com consentimento unânime entre as partes.

Em algumas companhias controladas em conjunto a Cemig Geração e Transmissão tem mais de 50% do poder de voto, entretanto, existem acordos de acionistas que dão aos acionistas minoritários direitos relevantes que representam o compartilhamento de controle.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada e controladas em conjunto:

	Forma de Consolidação	Participação direta no capital total - %	
		2011	2010
Controlada			
Cemig Baguari Energia S.A.	Integral	100,00	100,00
Controladas em conjunto			
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	Proporcional	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	Proporcional	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	Proporcional	56,69	56,69
Lightger	Proporcional	49,00	49,00
Amazônia Energia Participações S.A.	Proporcional	74,50	-

4. DAS CONCESSÕES

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas detêm junto à ANEEL, as concessões:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas (1)			
São Simão	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Usina Eólica (1)			
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe - CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio (2)	Aracajú - CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado (2)	Aracajú - CE	12/2001	08/2034
Usinas Termelétricas (1)			
Igarapé	Juatuba - MG	01/2001	08/2024

TRANSMISSÃO			
EBTE – LT Juína-Brasnorte	Mato Grosso	10/2008	10/2038

	Localização	Informações não auditadas	
		Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Projetos em Andamento			
Usinas Hidrelétricas (1)			
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
PCH Dolores dos Guanhões	Rio Guanhões	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhões	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhões	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhões	10/2002	10/2032
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá (3)	Minas Gerais	10/2000	10/2030
TAESA - TSN (3)	Goiás/ Bahia	12/2000	12/2030
TAESA – Munirah (4)	Bahia	02/2004	02/2034
TAESA – Gtesa (5)	Pernambuco/ Paraíba	01/2002	01/2032
TAESA – Patesa (6)	Rio Grande do Norte	12/2002	12/2032
TAESA – NVT (7)	Maranhão/Distrito Federal	12/2000	12/2030
TAESA – ETAU (8)	Santa Catarina/Rio G. do Sul	12/2002	12/2032
TAESA – ETEO (9)	São Paulo	05/2000	05/2030
TAESA – Brasnorte (10)	Mato Grosso	03/2008	03/2038
TAESA – STE (11)	Rio Grande do Sul	12/2002	12/2032
TAESA – ATE (12)	Paraná/São Paulo	02/2004	02/2034
TAESA – ATE II (13)	Tocantins/Piauí/Bahia	03/2005	03/2035
TAESA – ATE III (14)	Tocantins/Pará	03/2006	03/2036

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da Companhia nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 13.
- (2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.
- (3) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A..
- (4) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (5) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (6) Paraíso Açú Transmissora de Energia S.A.
- (7) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (8) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S. A.
- (9) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.
- (10) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
- (11) STE – Sul Transmissora de Energia S.A.
- (12) ATE – Transmissora de Energia S.A.
- (13) ATE II – Transmissora de Energia S.A.
- (14) ATE III – Transmissora de Energia S.A

Renovação das concessões

As concessões para exploração dos serviços de Transmissão de energia elétrica tem a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou nem mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2011	Valor Presente em 2011	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	368.654	115.756	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	31.613	10.814	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.233	3.036	01/2004 a 12/2032	IGPM
Baguari (Consórcio)	5.369	1.485	09/2009 a 09/2042	IPCA
		131.091		
Passivo Circulante		7.220		
Passivo Não Circulante		123.871		

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado e Baguari em 2011 corresponderam a R\$125, R\$1.300, R\$370 e R\$170, respectivamente.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$5.405, R\$1.279, R\$367 e R\$168, (valor nominal de R\$5.919, R\$1.358, R\$389 e R\$178), respectivamente.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela Cemig Geração e Transmissão dos seus passivos de concessão onerosa, de 12,50%, foi à taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Contas Bancárias	38.747	17.701	2.039	9.772
Aplicações Financeiras:				
Certificados de depósitos bancários	1.236.107	1.456.291	976.474	1.289.130
Letras Financeiras do tesouro	49.385	116.588	33.702	27.428
Letras do Tesouro Nacional	22.004	-	6.551	-
Letras Financeiras - Bancos	124.400	-	97.959	-
Outros	79.389	171.237	33.584	75.883
	1.511.285	1.744.116	1.148.270	1.392.441
	1.550.032	1.761.817	1.150.309	1.402.213

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Certificados de depósitos bancários	170.492	319.277	170.239	319.277
	170.492	319.277	170.239	319.277

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2011	2010
Controladora					
Industrial	223.466	17.271	6.945	247.682	184.737
Comércio, Serviços e Outras	2.331	-	-	2.331	1.125
Suprimento a Outras Concessionárias	147.445	38.342	-	185.787	203.737
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	-	23.779	23.779	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(4.629)	(4.629)	-
	373.242	55.613	26.095	454.950	389.599
Controladas					
Industrial	7.687	-	-	7.687	695
Comércio, Serviços e Outras	88	-	-	88	7.007
Suprimento a Outras Concessionárias	4.475	-	-	4.475	-
	12.250	-	-	12.250	7.702
Total Consolidado	385.492	55.613	26.095	467.200	397.301

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
ICMS a Recuperar	19.186	35.109	18.093	33.191
PASEP	6.109	10.189	1.842	2.197
COFINS	28.804	2.458	8.563	10.134
Outros	2.100	656	1.136	445
	56.199	48.412	29.634	45.967
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	27.192	6.598	24.716	6.384
PASEP	848	1	750	559
COFINS	3.907	3.133	3.455	2.574
	31.947	9.732	28.921	9.517
	88.146	58.144	58.555	55.484

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para Não Circulante foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2012.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2011 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Imposto de Renda	41.580	115.955	22.214	98.976
Contribuição Social	7.194	37.764	4.655	36.990
	48.774	153.719	26.869	135.966
Não Circulante				
Imposto de Renda	4.012	3.319	-	-
Contribuição Social	45	-	-	-
	4.057	3.319	-	-
	52.831	157.038	26.869	135.966

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal / Base negativa	231.126	231.731	-	-
Obrigações Pós-Emprego	83.995	79.508	83.995	79.508
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.574	-	1.574	-
Variação Cambial	35.666	35.585	35.666	35.585
Taxa Administração – IFRS	741	745	741	745
Concessão onerosa – IFRS	58.049	57.330	58.049	57.330
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	20.311	25.308	20.311
Contingências	4.878	2.002	4.878	2.002
Ágio na Incorporação	83.964	84.166	-	-
Outros	52.477	58.507	5.139	6.853
	577.778	569.885	215.350	202.334

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 15 de março de 2012, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2011, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
	2011	2011
2012	141.972	51.364
2013	162.141	71.534
2014	136.833	46.226
2015	136.832	46.226
	577.778	215.350

Os efeitos fiscais diferidos passivos encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.762.587	1.466.369	1.655.240	1.431.692
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(599.280)	(498.565)	(562.782)	(486.775)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	75.824	72.683	75.824	72.683
Incentivos Fiscais	13.224	14.462	13.224	13.861
Resultado de Equivalência Patrimonial	(253)	-	95.780	72.247
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.082)	(3.616)	(3.082)	(3.616)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício Anterior	2.872	1.607	2.872	1.607
Outros	17.120	31.170	(8.064)	(17.589)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(493.575)	(382.259)	(386.228)	(347.582)
Imposto Corrente	(469.016)	(453.693)	(445.716)	(409.645)
Imposto Diferido	(24.559)	71.434	59.488	62.063
Alíquota Efetiva	28,00%	26,07%	23,33%	24,28%

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da Taesa o benefício fiscal relativo à redução de 75% do Imposto de Renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhista	35.874	34.875	35.615	34.801
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	78.266	101.233	78.266
Outros	2.861	2.282	2.861	988
Outros	9.125	2.486	2.787	1.687
	157.107	125.923	150.510	123.756

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Conatáveis Consolidadas.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig Geração e Transmissão e a ANEEL.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Concessões de transmissão novas	3.735.412	2.743.677
Concessões de transmissão antigas	758.338	744.697
	4.493.750	3.488.374
Circulante	696.199	360.508
Não Circulante	3.797.551	3.127.866

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta investimentos em controladas e controlados em conjunto.

	Controladora	
	2011	2010 Reclassificado
Hidrelétrica Cachoeirão	26.702	23.164
Guanhães Energia	10.443	10.333
Hidrelétrica Pipoca	19.511	18.031
Cemig Baguari Energia	22	6
Madeira Energia	165.558	9.981
Lightger	39.084	35.325
Baguari Energia	198.041	181.373
EBTE	143.770	114.839
Central Eólica Praias de Parajuru	34.571	35.104
Central Eólica Volta do Rio	63.533	58.346
Central Eólica Praias de Morgado	25.946	27.134
TAESA	1.414.476	1.437.839
Amazônia Energia	105.364	-
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	645.886	670.978
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	26.976	28.582
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	18.859	22.198
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	37.683	39.711
Ágio Amazônia Energia	4.154	-
	2.980.579	2.712.944

a) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2011			Janeiro a dezembro de 2011	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	54.494	7.220	14.441
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.312	-	224
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	39.819	-	5.431
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	22	-	(14)
Madeira Energia	2.181.100.000	10,00	2.181.100	1.655.584	-	(259.328)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	285.412	7.946	31.904
EBTE	263.058.339	49,00	263.085	293.409	-	15.743
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	70.553	-	(2.365)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	129.660	-	(11.054)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	52.951	-	(8.004)
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	79.764	-	(1.475)
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.535	2.466.349	537.672	495.010
Amazônia Energia	142.643.000	74,50	142.643	141.427	-	(998)

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2010			Janeiro a dezembro de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	47.273	2.780	11.704
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.088	-	1.480
Hidrelétrica Pipoca	40.610.000	49,00	40.610	36.798	-	(333)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	6	-	(17)
Madeira Energia	359.100.000	10,00	359.100	99.814	-	(204.443)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	261.346	-	(119)
EBTE	198.200.000	49,00	219.759	234.366	3.408	14.350
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	71.644	-	(4.068)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	119.072	-	(5.574)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	55.375	-	(2.290)
Lightger	70.085.000	49,00	70.085	72.092	-	27
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.536	2.507.574	202.891	428.629

A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	2010	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	2011
Hidrelétrica Cachoeirão	23.164	7.076	-	(3.538)	-	26.702
Guanhães Energia	10.333	110	-	-	-	10.443
Hidrelétrica Pipoca	18.031	1.115	365	-	-	19.511
Cemig Baguari Energia	6	(14)	30	-	-	22
Madeira Energia	9.981	(25.933)	182.200	-	(690)	165.558
Baguari Energia	181.373	22.137	-	(5.513)	44	198.041
EBTE	114.839	7.715	21.216	-	-	143.770
Central Eólica Praias de Parajuru	35.104	(1.158)	625	-	-	34.571
Central Eólica Volta do Rio	58.346	(5.415)	10.602	-	-	63.533
Central Eólica Praias de Morgado	27.134	(3.922)	2.734	-	-	25.946
TAESA	1.437.839	281.461	-	(304.824)	-	1.414.476
Lightger	35.325	(723)	4.482	-	-	39.084
Amazônia Energia	-	(744)	110.261	-	(4.153)	105.364
	1.951.475	281.705	332.515	(313.875)	(4.799)	2.247.021

Os saldos integrais das controladas e controladas em conjunto em 2011 e 2010, cuja consolidação foi proporcional, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2011	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	23.569	41.660	1.969	520.645	7.863
Não circulante	98.423	254.878	19.382	11.920.865	114.204
Total do ativo	121.992	296.538	21.351	12.441.510	122.067
Passivo					
Circulante	16.288	9.551	29	1.803.313	6.763
Não circulante	51.210	1.575	10	8.982.613	75.485
Patrimônio Líquido	54.494	285.412	21.312	1.655.584	39.819
Total do passivo	121.992	296.538	21.351	12.441.510	122.067
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	25.822	46.577	-	-	16.814
Custo das vendas	(6.158)	(14.242)	-	-	(4.062)
Lucro bruto	19.664	32.335	-	-	12.752
Despesas gerais e administrativas	(270)	-	-	(10.603)	(1.113)
Resultado financeiro líquido	(3.354)	1.601	224	(253.316)	(6.208)
Resultado operacional	16.040	33.936	224	(263.919)	5.431
Imposto de renda e contribuição social	(1.599)	(2.031)	-	4.591	-
Resultado Líquido do Exercício	14.441	31.905	224	(259.328)	5.431

Em 31 de dezembro de 2011	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Taesa	Lightger	Amazônia Energia
Ativo							
Circulante	64.700	7.233	7.947	13.904	1.559.875	35.945	91.340
Não circulante	451.674	173.266	190.783	325.330	4.916.444	168.882	268.062
Total do ativo	516.374	180.499	198.730	339.234	6.476.319	204.827	359.402
Passivo							
Circulante	50.119	12.933	25.744	30.214	759.091	27.026	203.733
Não circulante	172.846	97.013	120.035	179.360	3.250.879	98.037	14.242
Patrimônio Líquido	293.409	70.553	52.951	129.660	2.466.349	79.764	141.427
Total do passivo	516.374	180.499	198.730	339.234	6.476.319	204.827	359.402
Demonstração do Resultado							
Receita líquida de vendas	101.443	20.568	18.786	31.349	953.217	-	-
Custo das vendas	(66.735)	(13.883)	(15.459)	(24.603)	(67.183)	-	-
Lucro bruto	34.708	6.685	3.327	6.746	886.034	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	(512)	(306)	(37.341)	(2.216)	(5.233)
Resultado financeiro líquido	(10.449)	(8.041)	(9.668)	(15.839)	(178.727)	741	3.829
Resultado operacional	24.259	(1.356)	(6.853)	(9.399)	669.966	(1.475)	(1.404)
Imposto de renda e contribuição social	(8.516)	(1.009)	(1.151)	(1.655)	(174.956)	-	406
Resultado Líquido do Exercício	15.743	(2.365)	(8.004)	(11.054)	495.010	(1.475)	(998)

Em 31 de dezembro de 2010	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	16.603	-	4.487	2.093	6.859
Não circulante	101.128	261.447	16.711	1.919.904	117.363
Total do ativo	117.731	261.447	21.198	1.921.997	124.222
Passivo					
Circulante	12.261	101	33	300	7.096
Não circulante	58.197	-	77	1.821.883	80.328
Patrimônio Líquido	47.273	261.346	21.088	99.814	36.798
Total do passivo	117.731	261.447	21.198	1.921.997	124.222
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	23.486	-	-	-	6.688
Custo das vendas	(5.300)	-	-	-	(1.052)
Lucro bruto	18.186	-	-	-	5.636
Despesas gerais e administrativas	(820)	(119)	-	(444)	(3.825)
Resultado financeiro líquido	(4.384)	-	1.480	(203.999)	(2.144)
Resultado operacional	12.982	(119)	1.480	(204.443)	(333)
Imposto de renda e contribuição social	(1.278)	-	-	-	-
Resultado do exercício	11.704	(119)	1.480	(204.443)	(333)

Em 31 de dezembro de 2010	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lichtger	Taesa
Ativo						
Circulante	40.539	10.813	9.264	10.269	3.264	1.158.488
Não circulante	390.591	186.596	197.420	336.025	94.420	3.414.750
Total do ativo	431.130	197.409	206.684	346.294	97.684	4.573.238
Passivo						
Circulante	31.411	18.047	17.308	22.708	25.591	570.369
Não circulante	165.353	107.718	134.001	204.514	-	1.495.296
Patrimônio Líquido	234.366	71.644	55.375	119.072	72.093	2.507.573
Total do passivo	431.130	197.409	206.684	346.294	97.684	4.573.238
Demonstração do Resultado						
Receita líquida de vendas	206.288	20.484	18.602	28.434	-	798.593
Custo das vendas	(184.546)	(14.883)	(14.076)	(26.815)	-	(72.593)
Lucro bruto	21.742	5.601	4.526	1.619	-	726.000
Despesas gerais e administrativas	-	(700)	(572)	(558)	(588)	(44.286)
Resultado financeiro líquido	540	(8.408)	(6.449)	(6.900)	722	(124.612)
Resultado operacional	22.282	(3.507)	(2.495)	(5.839)	134	557.102
Imposto de renda e contribuição social	(7.932)	(561)	205	265	(107)	(128.473)
Resultado líquido do exercício	14.350	(4.068)	(2.290)	(5.574)	27	428.629

b) Ágio na aquisição de Participação

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre da mais valia das concessões. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

c) Aquisição de participação acionária – ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a controlada em conjunto Taesa celebrou contratos de compra e venda de ações com o Grupo Abengoa, sendo o primeiro relativo a 100% de uma concessão e o segundo, à participação de 50% em sociedade com a ABENGOA composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica. A Taesa adquiriu (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no Capital Social da Abengoa Participações Holding S.A. que, por sua vez, é titular de 100% (cem por cento) de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A.; e, e (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. A operação aumentou a participação da Taesa no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6%, em termos de Receita Anual Permitida (RAP). A Companhia pagou por esta aquisição, com os recursos oriundos de sua 4ª emissão de notas promissórias, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações, o valor total de R\$1,17 bilhão em 29 de novembro de 2011, quando da conclusão da operação.

d) Aquisição da Norte Energia S.A.

Os Conselhos de Administração da Cemig Geração e Transmissão e da Light aprovaram, em outubro de 2011, a aquisição de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa detentora da concessão para construção e operação da UHE Belo Monte. A aquisição foi realizada através da Amazônia Energia, empresa na qual a Light detém 51% das ações ON e a Cemig Geração e Transmissão detém 49% das ações ON e 100% das ações PN. O preço total pago em 01 de novembro de 2011 pela aquisição das ações da NESA foi de R\$88.424, e se refere ao reembolso dos valores aportados até o momento pelos vendedores, corrigidos pelo IPCA até 26 de outubro de 2011.

14. IMOBILIZADO

Controladora	2011			2010		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	16.543.068	(11.029.393)	5.513.675	16.546.500	(10.727.554)	5.818.946
Terrenos	380.056	-	380.056	380.027	-	380.027
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.226.198	(4.713.126)	2.513.072	7.225.403	(4.583.066)	2.642.337
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.994.393	(1.444.911)	549.482	1.975.318	(1.387.560)	587.758
Máquinas e Equipamentos	6.916.242	(4.853.417)	2.062.825	6.938.860	(4.740.487)	2.198.373
Veículos	15.738	(8.141)	7.597	16.371	(6.667)	9.704
Móveis e Utensílios	10.441	(9.798)	643	10.521	(9.774)	747
Em Curso	164.078	-	164.078	128.593	-	128.593
Ativos em Formação	164.078	-	164.078	128.593	-	128.593
Imobilizado Líquido - Consolidado	16.707.146	(11.029.393)	5.677.753	16.675.093	(10.727.554)	5.947.539

Controladas	2011			2010		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	299.111	(18.410)	280.701	60.757	(4.558)	56.199
Terrenos	2.424	-	2.424	889	-	889
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	50.339	(2.178)	48.161	23.423	(883)	22.540
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	19.216	(2.192)	17.024	12.081	(1.083)	10.998
Máquinas e Equipamentos	225.700	(13.401)	212.299	23.023	(1.990)	21.033
Veículos	231	(137)	94	298	(212)	86
Móveis e Utensílios	1.201	(502)	699	1.043	(390)	653
Em Curso	1.241.181	-	1.241.181	1.020.736	-	1.020.736
Ativos em Formação	1.241.181	-	1.241.181	1.020.736	-	1.020.736
Imobilizado Líquido - Consolidado	18.247.438	(11.047.803)	7.199.635	17.756.586	(10.732.112)	7.024.474

A movimentação do imobilizado é como segue:

Controladora	Saldo em 2010	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 2011
Em Serviço	5.818.948	41.663	(5.650)	(341.286)	5.513.675
Terrenos	380.027	29	-	-	380.056
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2.642.339	2.583	(10)	(131.840)	2.513.072
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	587.758	8.456	(44)	(46.688)	549.482
Máquinas e Equipamentos	2.198.373	29.800	(5.596)	(159.752)	2.062.825
Veículos	9.703	775	-	(2.881)	7.597
Móveis e Utensílios	748	20	-	(125)	643
Em Curso	128.591	35.487	-	-	164.078
Imobilizado Líquido - Controladora	5.947.539	77.150	(5.650)	(341.286)	5.677.753

Controladas	Saldo em 2010	Adição /Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2011
Em Serviço	56.199	230.413	-	(5.911)	280.701
Terrenos	889	1.535	-	-	2.424
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	22.540	26.917	-	(1.296)	48.161
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	10.998	7.083	-	(1.057)	17.024
Máquinas e Equipamentos	21.033	194.693	-	(3.427)	212.299
Veículos	86	55	-	(47)	94
Móveis e Utensílios	653	130	-	(84)	699
Em Curso	1.020.736	220.445	-	-	1.241.181
Imobilizado Líquido - Controladas	1.076.935	450.858	-	(5.911)	1.521.882
Imobilizado Líquido - Consolidado	7.024.474	528.008	(5.650)	(347.197)	7.199.635

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto às eólicas, prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,31%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,0	Chave Sistema	3,3	Software	20,0
Gerador	3,3	Disjuntor	3,0	Veículos	20,0
Turbina Hidráulica	2,5	Torre Metálica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Casa de Força	2,0	Transformador de Força	2,5	Edificação	4,0
Barragem	2,0	Condutor nu de alumínio	2,5		
Equipamento Geral	10,0	Equipamento Geral	10,0		
Equipamentos de Tomada d'água	3,7	Religadores	4,3		
Estrutura de Tomada d'água	4,0				
Conduto Forçado	3,1				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$850 em 31 de dezembro de 2011.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da Companhia da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2011	2010
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.715	38.627
Usina Igarapava	14,50%	2,58	57.017	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,55	183.124	182.360
Usina de Queimado	82,50%	2,62	208.618	206.729
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	551.310	549.537
Depreciação acumulada			(191.210)	(165.303)
Total em operação			847.574	867.504
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		3.388	1.579
Usina de Funil	49,00%		-	648
Usina de Aimorés	49,00%		700	1.187
Usina Igarapava	14,50%		461	1.171
Usina Porto Estrela	33,33%		119	156
Total em construção			4.668	4.741
Total de Consórcios - Controladora			852.242	872.245
Em serviço				
Usina de Baguari	34,00%	2,56	181.416	-
Depreciação acumulada			(4.637)	-
Total em operação			176.779	-
Em curso				
Usina de Baguari	34,00%		75	181.416
Total de Consórcios - Consolidado			1.029.096	1.053.661

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A Companhia transferiu em 2008 a sua participação na usina de Baguari para a controlada em conjunto Baguari Energia S.A. e a ANEEL aprovou a transferência da concessão em 02 de fevereiro de 2010.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

Custo Atribuído dos Ativos de Geração

Em 2010 a Companhia procedeu a avaliação dos seus ativos de geração, em atenção à Interpretação Técnica ICPC 10. Em decorrência da adoção do custo atribuído a Companhia reconheceu um aumento na despesa com depreciação no montante de R\$160.817 em 2011 e R\$180.374 em 2010.

Em 2011, ocorreram também baixas sobre a diferença de valor do custo atribuído no montante de R\$4.612, que somados aos efeitos da depreciação totalizaram R\$165.429. Esses efeitos ocasionaram uma realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido no montante de R\$109.184, líquido de efeitos fiscais.

Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil bruto de R\$3.623.645 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

15. INTANGÍVEIS

Controladora	2011			2010		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	72.276	(40.284)	31.992	72.034	(38.574)	33.460
Servidão	12.877	(1.585)	11.292	12.815	(1.407)	11.408
Concessão Onerosa	26.755	(7.937)	18.818	26.755	(7.074)	19.681
Outros	32.644	(30.762)	1.882	32.464	(30.093)	2.371
Em Curso	1.530	-	1.530	711	-	711
Ativos em formação	1.530	-	1.530	711	-	711
Intangível Líquido - Controladora	73.806	(40.284)	33.522	72.745	(38.574)	34.171

Consolidado	2011			2010		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	532.064	(85.781)	446.283	517.071	(42.591)	474.480
Servidão	12.989	(1.585)	11.404	12.915	(1.409)	11.506
Concessão Onerosa	26.755	(7.937)	18.818	26.755	(7.074)	19.681
Direito de Exploração de Concessão	455.331	(43.065)	412.266	444.063	(4.010)	440.353
Outros	36.989	(33.194)	3.795	33.338	(30.098)	2.940
Em Curso	23.574	-	23.574	3.239	-	3.239
Ativos em formação	23.574	-	23.574	3.239	-	3.239
Intangível Líquido - Consolidado	555.638	(85.781)	469.857	520.310	(42.591)	477.719

A movimentação do Ativo Intangível Consolidado em 2011 é como segue:

Consolidado	2010	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	2011
Em Serviço	474.480	319	(13)	(28.186)	(317)	446.283
Servidão	11.506	18	-	(178)	58	11.404
Concessão Onerosa	19.681	-	-	(863)	-	18.818
Direito de Exploração de Concessão	440.353	-	-	(25.563)	(2.524)	412.266
Outros	2.940	301	(13)	(1.582)	2.149	3.795
						-
Em Curso	3.239	20.654	-	-	(319)	23.574
Ativos em formação	3.239	20.654	-	-	(319)	23.574
Total	477.719	20.973	(13)	(28.186)	(636)	469.857

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -	64.186	79.398	65.399	80.744
Materiais e Serviços	117.980	96.394	51.110	34.383
	182.166	175.792	116.509	115.127

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008. Entretanto, a partir de agosto de 2011, a Companhia vem efetuando o recolhimento. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
ICMS	35.610	27.914	34.462	27.535
COFINS	25.245	20.716	23.038	19.501
PASEP	5.496	4.503	5.002	4.234
INSS	5.070	4.794	4.488	4.202
Outros	7.501	2.327	3.458	899
	78.922	60.254	70.448	56.371
Não Circulante				
COFINS	135.862	109.921	87.656	66.751
PASEP	29.497	23.848	19.030	14.492
	165.359	133.769	106.686	81.243
	244.281	194.023	177.134	137.614

b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

As Obrigações Diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social da controladora referem-se, substancialmente, ao efeito de diferenças temporárias relacionadas ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo regime de caixa, ajuste a valor presente, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos ao Ativo Imobilizado.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Imposto de Renda	25.906	5.556	-	-
Contribuição Social	9.582	2.679	-	-
	35.488	8.235	-	-
Não Circulante				
Obrigações Diferidas				
Imposto de Renda	551.562	436.995	385.743	427.143
Contribuição Social	196.894	254.053	138.867	153.772
	748.456	691.048	524.610	580.915
	783.944	699.283	524.610	580.915

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	2011						2010
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	1.387	-	1.387	3.809
BID - ATE II (10)	2022	Libor + spread de 1,7 a 2,2% a.a	USD	2.969	49.933	52.902	-
BID - ATE III (10)	2023	Libor + spread de 1,5 a 1,88% a.a	USD	7.061	85.500	92.561	-
Dívida referente a Moeda Estrangeira				11.417	135.433	146.850	3.809
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	492.838	-	492.838	738.852
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	23.896	22.319	46.215	69.187
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.516	30.000	32.516	32.208
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	918.661	-	918.661	917.842
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	87.064	-	87.064	130.358
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	830	775	1.605	2.405
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.027	103.651	111.678	119.336
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.829	34.096	69.925	104.795
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	640	910	1.550	1.366
Debêntures (1)	2011	104,00 do CDI	R\$	-	-	-	243.038
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (3)	2031	IGP-M	R\$	-	46.896	46.896	37.083
Debêntures (1) (13)	2015	IPCA + 7,68*	R\$	1.369.385	-	1.369.385	1.286.783
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2015	0,042**	R\$	(1.448)	(971)	(1.448)	(1.923)
Debêntures (1) (13)	2012	CDI + 0,90*	R\$	1.754.782	-	1.754.782	1.727.685
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2012	0,1051**	R\$	(68)	-	(68)	(1.711)
ELETOBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.887	12.716	25.603	36.724
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.910	7.429	15.339	22.969
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	48.207	44.765	92.972	138.962
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.274	15.643	19.917	15.002
Consórcio Pipoca (6)	2011	IPCA	R\$	185	-	185	270
Unibanco S.A.(2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	864	4.904	5.768	6.460
Banco do Brasil S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.732	20.036	22.768	25.500
BNDES (4)	2033	TJLP + 2,40	R\$	1.251	348.254	349.505	262.420
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	135.450	71.644	207.094	182.188
BNDES (Repasse) (4)	2033	TJLP + 3,8	R\$	1.686	353.097	354.783	247.502
Banco da Amazônia (4)	2029	TJLP + 4,0	R\$	92	54.715	54.807	68.656
BNDES (5)	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.054	36.907	39.961	42.118
CEF (7)	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.941	57.843	64.784	54.157
CEF (8)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.685	46.424	52.109	67.128
CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.294	85.973	95.267	96.601
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "A" e "C" (10)	2018	UMBNDDES + 4,0%	R\$	237	66.695	66.932	1.923
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "B" e "D" (10)	2018	TJLP + 4,0%	R\$	60	9.792	9.852	12.225
BNDES - NTE-SUBCREDITO "C" (10)	2016	UMBNDDES + 5,0%	R\$	311	1.552	1.863	-
BNDES - NTE-SUBCREDITO "A" e "B" (10)	2016	TJLP + 5,0%	R\$	1.763	8.736	10.499	-
CEF (10) (13)	2016	117,5 do CDI*	R\$	1.667	5.871	7.538	13.155
CEF (Custo de Transação) (10) (13)	2016	0,0059**	R\$	10.817	37.951	48.768	(252)
FINAME - SUBCREDITO "A" SANTANDER (10)	2019	70% - Taxa fixa 8,70% a.a	R\$	3	333	336	-
FINAME - SUBCREDITO "B" SANTANDER (10)	2019	20% - TJLP + 4,2% a.a.	R\$	1	95	96	-
Sindicato Bancos (10)	2013	CDI + 0,90	R\$	9.264	9.198	18.462	27.696
BNDES (11)	2024	TJLP + 2,56	R\$	670.247	-	670.247	72.468
BNDES (11)	2019	4,5% AA	R\$	(1.115)	-	(1.115)	11.720
NOTAS PROMISSORIAS (ITAÚ) (10) (13)	2012	CDI + 105,5%*	R\$	2.442	8.311	10.753	-
NOTAS PROMISSORIAS (ITAÚ) CUSTO TRANS. (10) (13)	2012	0,0019**	R\$	(67)	(101)	(168)	-
BNDES (10)	2018	TJLP + 4,0% a.a.	R\$	6.164	33.967	40.131	-
BNDES (10)	2018	Cestade Moedas	R\$	875	6.029	6.904	-
BNDES (10)	2019	TJLP + 3 a 4,3% a.a.	R\$	7.806	52.902	60.708	-
BNDES (10)	2019	Cestade Moedas	R\$	1.994	13.758	15.752	-
BNDES (10)	2017	TJLP + 5,0% a.a.	R\$	3.177	12.927	16.104	-
BNDES (10)	2017	Cestade Moedas	R\$	426	2.050	2.476	-
Unibanco	2013	TJLP + 3,8% a.a.	R\$	447	222	669	-
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2015	CDI + 1,30%*	R\$	10.555	196.593	207.148	206.203
DEBENTURES 1ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO (1) (10) (13)	2015	0,00013**	R\$	(340)	(379)	(719)	(911)
DEBENTURES 1ª EMISSÃO(1) (10) (13)	2015	IPCA + 7,91%*	R\$	5.679	157.843	163.522	152.291
DEBENTURES 1ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO (1) (10) (13)	2015	0,00013**	R\$	(167)	(186)	(353)	(687)
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2017	106,0% do CDI*	R\$	2.605	462.051	464.656	464.609
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (CUSTO TRANSAÇÃO) (1) (10) (13)	2017	0,000069**	R\$	(477)	(1.543)	(2.020)	(2.440)
BNDES (14)	2028	URTI + 1,97	R\$	1.550	48.038	49.588	-
Dívida referente à Moeda Nacional				5.669.388	2.531.702	8.201.090	7.631.961
Total Geral				5.680.805	2.667.135	8.347.940	7.635.770

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (2) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (3) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
- (4) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (5) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (6) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

- (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
 (9) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
 (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
 (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
 (12) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia
 (13) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :
 (14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto LIGHT GER
 * Taxa contratual
 ** Taxa efetiva do custo de transação

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, não considerando a transferência de valores para o curto prazo em função de não cumprimento de cláusula contratual, conforme mencionado na letra “a”, é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar (1)	10.030	11.346	11.647	12.436	13.734	14.770	16.923	54.577	145.463
Euro	1.387	-	-	-	-	-	-	-	1.387
	11.417	11.346	11.647	12.436	13.734	14.770	16.923	54.577	146.850
Indexadores									
UMBND (2)	1.979	1.944	1.944	1.944	1.261	305	25	-	9.402
IGP-M (3)	-	-	-	-	-	-	-	46.896	46.896
FINEL (4)	12.887	12.716	-	-	-	-	-	-	25.603
IPCA (5)	233.787	544.932	473.130	486.426	-11	-	-	-	1.738.264
CDI (6)	3.424.166	559.719	487.774	187.434	111.390	110.365	-85	-	4.880.763
TJLP/URTJ	75.923	78.368	98.230	108.759	107.677	100.765	98.069	806.902	1.474.693
Outros	3.299	3.441	3.483	3.497	3.512	3.106	2.916	2.215	25.469
	3.752.041	1.201.120	1.064.561	788.060	223.829	214.541	100.925	856.013	8.201.090
	3.763.458	1.212.466	1.076.208	800.496	237.563	229.311	117.848	910.590	8.347.940

- (1) Dólar Norte-Americano
 (2) Unidade Monetária BNDES - UMBND
 (3) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M
 (4) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL
 (5) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
 (6) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-Americano	12,58	(4,31)	IGP-M	5,10	11,32
Euro	9,25	(11,14)	FINEL	1,00	2,18
			CDI	11,64	9,71
			IPCA	6,64	5,63

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.635.770	5.625.040
Aquisição de Controladas – saldos iniciais de consolidação	350.695	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	843.416	7.071
Variação monetária e cambial	112.889	87.723
Encargos financeiros provisionados	772.544	584.107
Ajuste a valor presente	(144)	(144)
Encargos Financeiros Pagos	(625.624)	(529.775)
Amortização de financiamentos	(743.640)	(689.139)
Custo de captação de financiamentos	(1.227)	-
Amortização de custo de captação de financiamentos	3.261	2.119
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.347.940	5.087.002

As captações de recursos consolidados durante o exercício de 2011 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2018	8%	7.071
BNDES	2028	UMBNDDES + 1,97%	49.000
BNDES	2021	8,70%	333
BNDES	2021	TJLP + 3,20%	95
NP ITAÚ	2012	105,5% do CDI	663.312
BNDES	2034	2,4% a.a + TJLP	123.182
BNDES	2025	2,15% + TJLP	423
			843.416

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), em 31 de dezembro de 2011, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 105%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 61%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Duas das Cláusulas Restritivas acima não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice apurado	Índice Requerido
Dívida Circulante/EBITDA	133,40%	Menor ou igual a 105%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	62,14%	Menor ou igual a 61%

O consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, foi obtido em 14 de março de 2012,

posterior a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, por esse motivo os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.917.347.

As Debêntures de emissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2011, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Saldo em 2011	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	46.896	2014	Não há	IGP-M	Não há
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	1.367.937	2015	Não há	IPCA + 7,68	Não há
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	1.754.714	2012	Quirografária (Aval da Holding)	CDI + 0,90	Não há
Madeira Energia S.A. (1)	Simples não Conversíveis	207.094	2013	Não há	IPCA	Não há
TAESA (1)	Simples não Conversíveis	206.429	2015	Quirografária	CDI + 1,30%	Não há
TAESA (1)	Simples não Conversíveis	163.169	2015	Quirografária	IPCA+7,91%	Não há
TAESA (1) (2)	Simples não Conversíveis	462.636	2017	Quirografária	106,0% do CDI	Sim
TOTAL		4.208.875				

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

(2) Não houve quebra de *Covenants*.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	2011
NP e Aval	3.684.001
Recebíveis	38.425
Sem Garantia	2.935.093
Penhor de Ações	1.271.168
Alienação Fiduciária	419.253
TOTAL	8.347.940

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Reserva Global de Reversão - RGR	19.373	14.929	16.379	14.032
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	9.333	9.844	9.333	9.844
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.505	6.169	6.505	6.169
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.608	1.605	1.598	1.605
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	3.838	3.279	3.838	3.279
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.664	5.411	2.548	5.267
Pesquisa e Desenvolvimento	106.286	85.545	86.596	79.822
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.643	2.707	1.368	2.635
	151.250	129.489	128.165	122.653
Passivo Circulante	80.967	97.148	58.003	90.312
Passivo Não Circulante	70.283	32.341	70.162	32.341

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. Em 2010 foi concluído o processo de separação do plano de saúde, sendo criada a empresa “Cemig Saúde” e mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2011.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$191.782 em 31 de dezembro de 2011 (R\$196.873 em 31 de dezembro de 2010). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações fundeadas	1.626.438	139.155	3.924	123.461
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.545.593)	-	-	-
Valor presente de obrigações não fundeadas	80.845	139.155	3.924	123.461
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	20.868	(14.915)	2.805	(7.760)
Passivo Líquido	101.713	124.240	6.729	115.701
Ajuste referente dívida com a Forluz	90.069	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	191.782	124.240	6.729	115.701

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego vem sendo reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde de 2009.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2010	1.506.463	128.114	3.730	106.617
Custo do Serviço Corrente	1.741	2.301	69	1.216
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	152.422	12.926	376	11.034
Contribuição dos empregados	7	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	78.949	8.491	(68)	6.318
Benefícios pagos	(113.144)	(12.677)	(183)	(1.724)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2011	<u>1.626.438</u>	<u>139.155</u>	<u>3.924</u>	<u>123.461</u>

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro 2010	1.480.089
Retorno realizado	149.469
Contribuições do Empregador	29.172
Contribuições dos Empregados	7
Benefícios pagos	(113.144)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011	<u>1.545.593</u>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2011 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.741	2.301	69	1.216
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	152.422	12.926	376	11.034
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(165.825)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	(138)	-
Despesa em 2011 conforme laudo atuarial	(11.662)	15.227	307	12.250
Ajuste referente dívida com a Forluz	35.744	-	-	-
Despesa em 2011	24.082	15.227	307	12.250

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	196.873	121.690	6.605	105.175	430.343
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	24.082	15.227	307	12.250	51.866
Contribuições Pagas	(29.173)	(12.677)	(183)	(1.724)	(43.757)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	191.782	124.240	6.729	115.701	438.452
Passivo Circulante	17.048	-	-	-	17.048
Passivo Não Circulante	174.734	124.240	6.729	115.701	421.404

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2012 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.863	2.467	72	1.387
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	157.771	13.477	379	12.290
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(164.856)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	60	(140)	-
Despesa em 2011	(5.222)	16.004	311	13.677

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2012 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	119.393	10.641	311	3.558

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2012 no montante de R\$45.547.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2011	2010
Ações de empresas brasileiras	16,31%	15,00%
Títulos de Renda Fixa	83,69%	85,00%
	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig, controladora da Cemig Geração e Transmissão:

	2011	2010
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	367.019	450.107
Ações emitidas pela Patrocinadora	12.062	9.684
Imóveis da Forluz ocupados pelas Patrocinadoras	191.606	184.914
	570.687	644.705

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2011	2010
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,07%	10,50%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,98%	11,50%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,30%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,39%	6,59%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado			
	Saldo em 2010	Adições (-) Reversões	Atualizações	Saldo em 2011
Trabalhistas				
Diversos	1.433	6.809	170	8.412
Cíveis				
Danos Pessoais	-	349	-	349
Ambiental	3.185	52.770	197	56.152
Outras	1.610	(16)	68	1.662
Fiscais				
Outras	620	674	42	1.336
Regulatórios				
ANEEL	162	-	17	179
Total	7.010	60.586	494	68.090

	Controladora			
	Saldo em 2010	Adições (-) Reversões	Atualizações	Saldo em 2011
Trabalhistas				
Diversos	1.393	6.549	170	8.112
Cíveis				
Danos Pessoais	-	349	-	349
Ambiental	3.185	508	197	3.890

Outras	648	(116)	68	600
Fiscais				
Outras	501	674	42	1.217
Regulatórios				
ANEEL	162	-	17	179
Total	5.889	7.964	494	14.347

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda mais provável que sim do que não e passivos contingentes vinculados, para processos com expectativa de perda mais provável que não do que sim

Obrigações Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$25.910, dos quais R\$8.412 foram provisionados.

Ações de Natureza Ambiental

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações envolvendo assuntos ambientais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante, aproximado, de R\$60.661, dos quais R\$56.152 foram provisionados pela Companhia.

A Companhia questiona, judicialmente, a compensação ambiental, criada em 2011, calculada com base na Lei nº 9.985 de 2000 e no Decreto nº 6.848 de 2009, que corresponde a 0,5% do valor de referência do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, previsto na Licença de Instalação nº 540 de 2008 e definido na Licença de Operação nº 1.044 de 2011, expedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, são atualizados pelo IPCA Especial e em 31 de dezembro de 2011 equivalem a R\$52.262. Esta compensação está sendo analisada prioritariamente pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal para definir a

destinação dos recursos. Os gastos ambientais provisionados foram registrados como custo do Imobilizado em curso - Reservatórios, barragens e adutoras.

Adicionalmente, a Companhia é parte em diversas outras ações civis públicas, tendo em vista que a maioria destas ações está relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidas no curso do processo, na sua maioria. Tais ações podem beneficiar terceiros que não as partes diretamente envolvidas, e esses terceiros poderão ter direito a outras reparações ou indenizações.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada mais provável que não do que sim que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$46.006.

Participação nos Lucros e Resultados

O INSS instaurou processo administrativo contra a Controladora, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Companhia não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Cemig recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância.

Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Cemig acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$140.875. Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig GT será, parcialmente, impactada.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig GT, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho,

Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

A expectativa de perda nestas ações é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$265.117.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$78.165.

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.014.905. Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig GT será, parcialmente, impactada.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante

o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$123.900. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$22.665. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2011, o Capital Social da Companhia é de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

(a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2011	2010
Reservas de Lucros		
Reserva de Retenção de Lucros	59.873	59.873
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	605.734	523.880
Reserva Legal	323.896	260.445
	989.503	844.198

Reserva Legal

A Companhia utilizou 5,00% do Lucro Líquido apurado no exercício de 2011 para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$63.451. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$323.896 (R\$260.445 em 31 de dezembro de 2010).

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, sendo as retenções suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência. As principais aquisições de participação no capital de empresas adquiridas em função da retenção de recursos mencionada estão apresentadas em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Reserva da Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembléia Geral de Acionistas prevista para ocorrer em abril de 2012.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, à sua Controladora antes da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2011 no montante de R\$223.011. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$75.824, reconhecidos no resultado do exercício de 2011 (R\$72.683 em 2010).

O Conselho de Administração também deliberou o pagamento de dividendos intermediários, os quais foram pagos, no exercício de 2011, no montante de R\$486.000.

O cálculo dos dividendos para o exercício de 2011 foram conforme segue:

	2011
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Exercício	1.269.012
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	634.506
Dividendos Propostos	
Juros sobre Capital Próprio	223.011
Dividendos Intermediários pagos	486.000
Dividendos propostos (1)	605.734
Total	1.314.745
Dividendos por lote de mil ações - R\$	
Dividendos Estatutários	219,04
Dividendos Propostos	453,86

- (1) Dividendos retidos no Patrimônio Líquido em atendimento às normas contábeis vigentes no País, que serão pagos no exercício de 2012.

Lucro por ação

O Lucro por ação em 2011 e 2010 foi de R\$0,44 e R\$0,37, respectivamente, sendo calculados com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos anos mencionados.

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	4.299.763	3.702.993	4.205.189	3.662.973
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos (b)	1.329.829	1.057.961	745.212	675.126
Receita de Construção (c)	92.442	163.780	56.980	61.282
Outras receitas operacionais	21.703	27.876	22.128	27.703
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (d)	(1.187.037)	(1.026.409)	(1.137.886)	(993.614)
	4.556.700	3.926.201	3.891.623	3.433.470

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado			
	MWh		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Industrial	19.841.439	18.644.010	2.488.145	2.078.920
Comercial	101.282	56.067	23.238	15.299
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	65.337	14.258
	19.942.721	18.700.077	2.576.720	2.108.477
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	15.300.801	15.253.926	1.538.784	1.446.016
Transações com energia na CCEE	3.797.573	2.401.305	148.243	124.723
Vendas no Proinfa	120.827	84.771	36.016	23.777
Total	39.161.922	36.440.079	4.299.763	3.702.993

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

	Controladora			
	MWh		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Industrial	19.794.241	18.599.330	2.472.025	2.067.809
Comercial	96.561	51.345	21.018	10.163
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	65.337	14.258
	19.890.802	18.650.675	2.558.380	2.092.230
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	15.034.423	15.221.295	1.499.433	1.446.019
Transações com energia na CCEE	3.788.721	2.396.279	147.376	124.724
Total	38.713.946	36.268.249	4.205.189	3.662.973

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

(c) Receita de Construção

Refere-se a receita apropriada quando da construção dos ativos de transmissão com base em parcela do fluxo de caixa adicional previsto em função do novo empreendimento, sendo alocados em conformidade ao estágio de conclusão da obra.

(d) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Tributos sobre a Receita				
ICMS	430.422	369.361	428.200	367.356
COFINS	392.719	335.721	370.477	328.534
PIS-PASEP	85.250	73.586	80.430	66.108
ISSQN	646	5.242	609	587
	909.037	783.910	879.716	762.585
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	119.062	95.716	104.677	89.307
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	37.971	36.842	37.971	36.842
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	58.622	46.218	58.622	46.218
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	20.310	20.420	15.464	15.359
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	15.627	15.356	15.466	15.356
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.876	7.679	7.795	7.679
Encargo de Aquisição Emergencial	18.532	20.268	18.175	20.268
	278.000	242.499	258.170	231.029
	1.187.037	1.026.409	1.137.886	993.614

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal(a)	300.119	306.733	274.989	287.758
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	54.987	75.191	52.082	73.133
Obrigações Pós-Emprego	27.784	23.694	27.784	23.694
Materiais	23.203	24.133	15.562	18.681
Serviços de Terceiros (b)	163.792	149.097	140.729	133.668
Depreciação e Amortização	366.268	374.435	340.215	363.860
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	147.531	135.470	146.345	135.409
Provisões Operacionais (reversão)	12.177	(9.070)	14.327	(7.517)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	244.597	250.174	252.457	258.404
Energia Elétrica Comprada para Revenda	582.990	370.721	582.600	370.019
Custo de Construção	92.396	163.780	56.980	61.282
Outros Custos Operacionais Líquidos (c)	85.963	82.521	77.614	73.668
	2.101.807	1.946.879	1.981.684	1.792.059

a) Despesas com Pessoal	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Remunerações e Encargos	268.188	260.778	243.058	241.803
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	16.747	16.297	16.747	16.297
Benefícios Assistenciais	27.584	28.264	27.584	28.264
	312.519	305.339	287.389	286.364
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(16.706)	(14.433)	(16.706)	(14.433)
	295.813	290.906	270.683	271.931
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	4.306	15.827	4.306	15.827
	300.119	306.733	274.989	287.758

Programas de Desligamento de Empregados:

a) Programa Desligamento Premiado – PDP

Em novembro de 2011, a Companhia criou o *Programa Desligamento Premiado – PDP*, de caráter permanente e aplicável às rescisões dos Contratos de Trabalho de forma livre e espontânea e está em conformidade com a Lei 12.506 de outubro de 2011, que trata de concessão do Aviso Prévio de 1 até 3 meses, e, desta forma, encerrou o antigo Programa Prêmio Desligamento – PPD.

Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias), conforme determina a Lei 12.506 de 2011, e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa. Até 31 de dezembro 2011, houve a adesão de 7 empregados.

b) Serviços de Terceiros	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Comunicação	10.784	7.418	8.039	6.031
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	27.519	26.197	20.286	22.894
Conservação e Limpeza de Prédios	21.745	18.482	20.409	18.497
Mão de Obra Contratada	4.885	6.398	3.946	4.122
Fretes e Passagens	4.355	4.662	2.964	3.825
Hospedagem e Alimentação	4.648	6.042	4.575	5.359
Vigilância	11.312	10.640	11.309	9.646
Consultoria	10.562	12.198	4.500	11.050
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	9.292	9.616	9.269	9.603
Manutenção e Conservação de Veículos	4.765	7.283	4.248	4.909
Energia Elétrica	5.532	6.050	4.989	5.246
Meio Ambiente	17.947	17.319	17.020	16.090
Outros	30.446	16.792	29.175	16.396
	163.792	149.097	140.729	133.668

c) Outras Despesas Operacionais Líquidas	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Arrendamentos e Aluguéis	18.066	15.877	16.268	14.338
Propaganda e Publicidade	988	1.408	914	1.224
Subvenções e Doações	12.184	16.000	11.974	14.527
Taxa de Fiscalização da ANEEL	22.099	20.522	19.392	19.299
Despesa Concessão Onerosa	927	47	820	42
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.125	6.632	4.045	5.431
Contribuição ao MAE	3.228	2.628	3.228	2.628
Seguros	4.553	6.234	2.673	3.887
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.002	1.101	970	1.096
FORLUZ – Custeio Administrativo	3.606	3.180	3.606	3.180
Outras Líquidas	14.185	8.892	13.724	8.016
	85.963	82.521	77.614	73.668

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	253.310	242.554	218.104	222.354
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	4.548	5.667	4.529	5.663
Varição Monetária	12.779	27.105	7.165	19.667
Variações Cambiais	54	1.295	54	1.295
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	168	-	168
Ajuste a Valor Presente	-	37.053	-	37.053
Outras	5.837	4.546	4.640	3.538
	276.528	318.220	234.492	289.570
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(746.817)	(642.027)	(586.225)	(537.879)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(87.520)	(67.176)	(87.520)	(67.176)
Variações Cambiais	(10.872)	(747)	(310)	(735)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(20.227)	(40.079)	(20.227)	(40.079)
Ajuste a Valor Presente	(1.065)	-	(1.065)	-
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(24.082)	(22.920)	(24.082)	(22.920)
Outras	(77.507)	(57.744)	(51.467)	(39.512)
	(968.090)	(831.173)	(770.896)	(708.781)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(691.562)	(512.953)	(536.404)	(419.211)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são controladas da Cemig.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	7.018	5.366	-	-	-	-
Pessoal Cedido (2)	-	-	2.586	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	46.819	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação	-	-	18.066	9.828	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3)	14.819	14.495	-	-	120.013	122.722	(5.117)	(4.748)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	14.350	14.327	3.522	3.163	132.987	129.647	(45.312)	(61.276)
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3)	-	-	130	104	25.739	16.871	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	138	106	1	1	4.305	3.919	(16)	(9)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (6)	19.186	35.109	35.610	27.914	(430.422)	(369.361)	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS (6)	27.192	6.598	-	-	-	-	-	-
Debêntures (4)	-	-	46.896	37.083	-	-	(9.813)	(29)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	17.048	17.033	-	-	(27.784)	(23.694)
Despesa de Pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(16.747)	(16.297)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(3.606)	(3.180)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	421.404	413.310	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico	-	-	4.551	4.103	-	-	(9.136)	(8.277)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;
- (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
- (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (5) Parte dos contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide Nota Explicativa nº 20 e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (6) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (7) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 20) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2011 e 2010 é conforme segue:

	2011	2010
Remuneração	636	888
Participação nos Resultados	138	233
Benefícios Pós Emprego	50	72
Benefícios Assistenciais	7	234
Total	831	1.427

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 8, 17, 18, 20, 23 e 24.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionário – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria o Caixa, Créditos com Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia e ativos financeiros da concessão. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures, Fornecedores e Concessões a Pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos financeiros	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e Depósitos Bancários	38.747	38.747	17.701	17.701
Consumidores e Revendedores	467.200	467.200	397.301	397.301
Concessionários - Transporte de Energia	145.407	145.407	109.092	109.092
Ativos Financeiros da Concessão	4.493.750	4.493.750	3.488.374	3.488.374
	5.145.104	5.145.104	4.012.468	4.012.468
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	1.511.286	1.511.286	1.744.116	1.744.116
Títulos e Valores Mobiliários	170.492	170.492	319.277	319.277
	1.681.778	1.681.778	2.063.393	2.063.393
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	249.688	249.688	175.792	175.792
Concessões a Pagar	131.091	131.091	123.871	123.871
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	8.347.940	8.249.127	7.635.770	7.635.770
	8.728.719	8.629.906	7.935.433	7.935.433
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos Derivativos – contrato de <i>Swap</i>	621	621	2.379	2.379

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Dólar Norte-Americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	2011	2010
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	145.463	-
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	1.387	3.809
Passivo Líquido Exposto	146.850	3.809

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2012 será de 11,82% para o Dólar (R\$1,65) e 8,22% para o Euro (R\$2,23). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco Exposições Cambiais - Consolidado	Cenário Base 2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	145.463	128.263	160.329	192.395
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	1.387	1.273	1.591	2.086
Passivo Líquido Exposto	146.850	129.536	161.920	194.481
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	17.314	(15.070)	(47.631)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado	
	2011	2010
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 5)	1.511.286	1.744.116
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	170.492	319.277
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (nota 18)	(4.880.763)	(4.836.015)
Passivo Líquido Exposto	(3.198.985)	(2.772.622)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de Dezembro de 2012 será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2011	Período até 31 de dezembro de 2012		
	Cenário Base SELIC 11,00%	Cenário Provável SELIC 9,50%	Cenário Possível SELIC 11,875%	Cenário Remoto SELIC 14,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 5)	1.511.286	1.654.858	1.690.751	1.726.644
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	170.492	186.689	190.738	194.787
Passivos	1.681.778	1.841.547	1.881.489	1.921.431
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 18)	(4.880.763)	(5.344.435)	(5.460.354)	(5.576.272)
Passivo Líquido Exposto	(3.198.985)	(3.502.888)	(3.578.865)	(3.654.841)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(303.903)	(379.880)	(455.856)

Risco de Liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A Cemig Geração e Transmissão utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Companhia estabelece um caixa mínimo para suas operações.

Em 31 de dezembro de 2011, a Cemig Geração e Transmissão apresentou um maior saldo de passivos circulantes em comparação aos ativos circulantes, no valor consolidado de R\$2.999.163. Essa situação decorre basicamente de dívidas registradas no curto prazo, cuja parcela representativa está sendo quitada no 1º trimestre de 2012 através de recursos próprios gerados no período e também através da utilização dos recursos captados através da emissão de debêntures em 09 de março de 2012, no montante de R\$1.350.000, com vencimentos acima de 7 anos, vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 34 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	480.727	619.967	2.659.582	3.329.913	1.257.751	8.347.940
Concessões a pagar	167	499	6.553	45.303	78.568	131.091
	480.894	620.466	2.666.135	3.375.216	1.336.319	8.479.031

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos constituída em 2011, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.629.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem

aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Duas das cláusulas restritivas não foram atendidas em 2011. Vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovados mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

É esperada para 2012 uma definição pelo Governo Federal dos critérios para a renovação das concessões, quando então será possível determinar o impacto desses critérios nos resultados da Companhia.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

O quadro a seguir apresenta os Instrumentos Derivativos contratados pela Companhia e sua controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2011.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						2011	2010	2011	2010		
Cemig Geração e Transmissão S.A.											
R\$106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação Cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	-	R\$75.000	-	100	-	100	-	295
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	618	2.235	618	2.235	122	252
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	R\$2.375	R\$2.375	3	44	3	44	-	-
Total						621	2.379	621	2.379	122	547

- 1) Os valores apresentam 100% da operação
- 2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- 3) Valores em milhares de reais
- 4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/11 a Dez/11)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2011	2010
Total do Passivo	10.595.171	9.614.679
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.550.033)	(1.761.817)
Títulos e Valores Mobiliários	(170.492)	(319.277)
Dívida Líquida	8.874.646	7.533.585
Total do Patrimônio Líquido	5.086.076	5.050.645
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	(703)	(1.393)
Capital Ajustado	5.085.373	5.049.252
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado em 31 de dezembro	1,75	1,49

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Valor justo em 31 de dezembro de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Caixa e Depósitos Bancários	38.747	-	38.747	-
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.228.770	-	1.228.770	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	49.385	49.385	-	-
Letras do Tesouro Nacional (NTFs)	6.551	6.551	-	-
Depósitos Overnight	226.580	-	226.580	-
	1.511.286	55.936	1.455.350	-
Títulos e Valores Mobiliários	170.492	-	170.492	-

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

29. SEGUROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves (Asa Fixa)	Casco	29/04/2011 a 29/04/2012	U\$3.700	U\$13
Aeronáutico – Aeronaves (Asa Fixa)	Responsabilidade Civil	29/04/2011 a 29/04/2012	U\$10.000	
Aeronáutico – Aeronaves (Asa Móvel)	Casco	24/08/2011 a 29/04/2012	U\$4.265	U\$73
Aeronáutico – Aeronaves (Asa Móvel)	Responsabilidade Civil	24/08/2011 a 29/04/2012	U\$10.000	
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	08/11/2011 a 08/11/2012	R\$297.489	R\$83
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total (1)	07/12/2011 a 07/12/2012	R\$1.199.980	R\$1.736
Taesa				
Risco Operacional – Usina (*)	Total (2)	19/09/2011 a 19/08/2012	R\$1.136.451	R\$1.137
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais (**)	Total (3)	19/09/2011 a 19/18/2012	R\$883.731	R\$719
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (*)	Responsabilidade Civil	19/09/2011 a 19/08/2012	LMI R\$10.000	R\$160
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (**)	Responsabilidade Civil	19/09/2011 a 19/08/2012	LMI R\$10.000	R\$83
Veículos	105% da Tabela Fipe	18/08/2011 a 18/08/2012	-	R\$319
Madeira Energia				
Garantia	Garantia de Obrigações Públicas(4)	07/03/2008 a 11/10/2016	R\$455.000	R\$20.227
	Risco Engenharia - All Risks(5)	11/11/2008 a 03/11/2016	R\$12.718.975	
	Responsabilidade Civil(5)	11/11/2008 a 03/11/2016	R\$10.000	
Obras Civis - construção, instalação e montagem	ALOP (Perda de receita por atraso na obra, devido a sinistro de danos materiais)(5)	11/11/2008 a 03/11/2016	R\$1.630.155	R\$129.256
	Riscos Operacionais: todos os contratos de serviços permanentes da usina, materiais nele incorporados, edifícios e seus conteúdos(5)	11/11/2008 a 03/11/2016	R\$991.829	
Manutenção Garantia	RE/All Risks dos equipamentos sob o período de manutenção/garantia.(6)	23/03/2011 a 30/11/2017	R\$4.514.745	R\$25.916
Compreensivo Multirisco	Almoxarifado de Materiais Permanentes	26/09/2011 a 26/09/2012	R\$71.000	R\$74
Responsabilidade Civil - Obras - 2º Layer	RC Obras/Cruzada e Empregador(7)	06/04/2009 a 06/04/2012	R\$60.000	R\$2.088
Transportes - Nacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(8)	31/01/2010 a 31/12/2015	R\$3.176.314	R\$2.291
Transportes - Internacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(9)	31/01/2010 a 31/12/2015	USD309.750,00	USD409,75
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE.	31/12/2011 a 31/12/2012	R\$50.000	R\$189,60
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores	15/08/2011 a 15/08/2012	R\$50.000	R\$205,32

(1) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$170 milhões.

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$20 milhões, exceto para uma apólice de R\$231 milhões da controlada NTE que é de R\$50 milhões.

(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$50 milhões.

(4) Premio pago para a vigencia total da apólice (8 anos).

(5) Premio pago para a vigencia total da apólice (8 anos).

(6) Premio pago para a vigencia total da apólice (6,5 anos).

(7) Premio pago para a vigencia total da apólice (3 anos).

(8) Premio pago para a vigencia total da apólice (6 anos).

(9) Premio pago para a vigencia total da apólice (6 anos).

(*)Valores incluídos apenas das concessões NVT, TSN, ETEO e empresa Taesa.

(**)Valores incluídos de Taesa, NTE, BRASNORTE e ETAU

A Cemig Geração e Transmissão, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.763.458	1.212.466	1.076.208	800.496	237.563	1.257.749	8.347.940
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	290.027	307.428	325.874	345.427	366.152	3.545.372	5.180.280
Compra de Energia	653.516	961.424	1.225.892	911.632	865.145	19.661.253	24.278.862
	4.707.001	2.481.318	2.627.974	2.057.555	1.468.860	24.464.374	37.807.082

31. REVISÃO TARIFÁRIA DE TRANSMISSÃO

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da Segunda Revisão Tarifária da Transmissão da Companhia, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) em menos 15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$75.568 aos usuários do Sistema de Transmissão durante o Ciclo Tarifário de julho de 2010 a julho de 2011.

32. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM, aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

33. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de Reais)

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminação	Total
ATIVO	10.307.812	7.526.003	(2.152.568)	15.681.247
INVESTIMENTO	606.275	994.574	-	1.600.849
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.547.667	1.022.357	(13.324)	4.556.700
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(582.990)	-	-	(582.990)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(256.844)	(186)	12.433	(244.597)
	(839.834)	(186)	12.433	(827.587)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(173.456)	(126.663)	-	(300.119)
Participação dos Empregados	(35.000)	(19.987)	-	(54.987)
Obrigação Pós Emprego	(18.671)	(9.113)	-	(27.784)
Material	(10.525)	(12.678)	-	(23.203)
Serviços de Terceiros	(109.438)	(55.245)	891	(163.792)
Depreciação e Amortização	(365.417)	(851)	-	(366.268)
Provisões	(9.628)	(2.549)	-	(12.177)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(147.531)	-	-	(147.531)
Custo de Construção	-	(92.396)	-	(92.396)
Outras	(58.429)	(27.534)	-	(85.963)
	(928.095)	(347.016)	891	(1.274.220)
CUSTO TOTAL	(1.767.929)	(347.202)	13.324	(2.101.807)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.779.738	675.155	-	2.454.893
Resultado de Equivalência Patrimonial	(744)	-	-	(744)
Receitas Financeiras	164.649	111.879	-	276.528
Despesas Financeiras	(480.673)	(487.417)	-	(968.090)
Resultado antes do IR e CSLL	1.462.970	299.617	-	1.762.587
Imposto de Renda e Contribuição Social	(421.684)	(47.332)	-	(469.016)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.793	(80.352)	-	(24.559)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.097.079	171.933	-	1.269.012

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
ATIVO	10.058.065	6.673.341	(2.066.082)	14.665.324
INVESTIMENTOS	539.379	1.077.314	-	1.616.693
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.079.188	857.599	(10.586)	3.926.201
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(370.721)	-	-	(370.721)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(260.593)	(167)	10.586	(250.174)
	(631.314)	(167)	10.586	(620.895)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(181.815)	(124.918)	-	(306.733)
Participação dos Empregados	(49.199)	(25.992)	-	(75.191)
Obrigação Pós Emprego	(15.922)	(7.772)	-	(23.694)
Material	(13.082)	(11.051)	-	(24.133)
Serviços de Terceiros	(105.402)	(43.695)	-	(149.097)
Depreciação e Amortização	(378.961)	4.526	-	(374.435)
Provisões	4.960	4.110	-	9.070
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(135.470)	-	-	(135.470)
Custo de Construção	1.838	(165.618)	-	(163.780)
Outras	(55.471)	(27.050)	-	(82.521)
	(928.524)	(397.627)	-	(1.325.984)
CUSTO TOTAL	(1.559.838)	(397.627)	10.586	(1.946.879)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.519.350	459.972	-	1.979.322
Receita Financeira	208.559	110.181	-	317.740
Despesa Financeira	(463.768)	(366.925)	-	(830.693)
Resultado antes do IR e CSLL	1.263.141	203.228	-	1.466.369
Imposto de Renda e Contribuição Social	(392.078)	(61.615)	-	(453.693)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.369	11.065	-	71.434
RESULTADO DO EXERCÍCIO	931.432	152.678	-	1.084.110

34. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de Reais)

Descrição	GT	TAESA	Eólicas	Madeira	Outras	Eliminações	Total
ATIVO	11.864.383	3.687.862	352.046	1.247.068	791.974	(2.262.086)	15.681.247
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.150.309	284.466	12.058	45.058	58.142	-	1.550.033
Contas a Receber	543.481	78.343	5.704	-	8.581	(1.422)	634.687
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	170.239	-	-	-	253	-	170.492
Tributos	300.774	407.616	1.092	6.787	2.486	-	718.755
Outros Ativos	249.387	56.518	6.217	24.937	6.950	(9.489)	334.520
Investimento/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.450.193	2.860.919	326.975	1.170.286	715.562	(2.251.175)	12.272.760
PASSIVO	11.864.383	3.687.862	352.046	1.247.068	791.974	(2.262.086)	15.681.247
Fornecedores e Suprimentos	116.713	24.536	11.364	20.285	12.464	(1.433)	183.929
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.087.002	1.887.721	212.160	966.188	194.869	-	8.347.940
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	3	-	-	10.722	(10.725)	-
Obrigações Pós-Emprego	438.452	-	-	-	-	-	438.452
Tributos	701.744	308.947	4.339	1.964	11.231	-	1.028.225
Outros Passivos	434.396	52.178	133	93.073	15.596	1.249	596.625
Patrimônio Líquido	5.086.076	1.414.477	124.050	165.558	547.092	(2.251.177)	5.086.076
RESULTADO							
Receita Operacional Líquida	3.891.623	540.410	34.625	-	103.366	(13.324)	4.556.700
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL							
Pessoal - Empregados e Administradores	(274.989)	(22.914)	(300)	(355)	(1.561)	-	(300.119)
Participação dos Empregados e Administradores	(52.083)	(2.904)	-	-	-	-	(54.987)
Obrigações Pós-Emprego	(27.784)	-	-	-	-	-	(27.784)
Materiais	(15.562)	(7.464)	(71)	(4)	(102)	-	(23.203)
Matéria Prima	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	(140.730)	(17.848)	(3.954)	(646)	(1.505)	891	(163.792)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(146.345)	-	-	-	(1.186)	-	(147.531)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(582.600)	-	-	-	(390)	-	(582.990)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(252.457)	-	(2.848)	-	(1.725)	12.433	(244.597)
Depreciação e Amortização	(340.215)	(851)	(17.922)	-	(7.280)	-	(366.268)
Provisões Operacionais	(14.327)	2.150	-	-	-	-	(12.177)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	-
Custo de Construção	(56.980)	(4.473)	-	-	(30.943)	-	(92.396)
Outras Despesas Líquidas	(77.615)	(4.954)	(1.250)	(11)	(1.411)	(722)	(85.963)
	<u>(1.981.687)</u>	<u>(59.258)</u>	<u>(26.345)</u>	<u>(1.016)</u>	<u>(46.103)</u>	<u>12.602</u>	<u>(2.101.807)</u>
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.909.936	481.152	8.280	(1.016)	57.263	(722)	2.454.893
Resultado de Equivalência Patrimonial	(744)	-	-	-	-	-	(744)
Receita Financeira	234.491	36.603	1.449	193	3.792	-	276.528
Despesa Financeiro	(770.895)	(137.930)	(18.357)	(25.571)	(15.337)	-	(968.090)
Resultado antes do IR e CSLL	1.372.788	379.825	(8.628)	(26.394)	45.718	(722)	1.762.587
Imposto de Renda e Contribuição Social	(445.716)	(18.822)	(2.034)	(125)	(2.319)	-	(469.016)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.488	(80.366)	165	584	(4.430)	-	(24.559)
Resultado do Período	986.560	280.637	(10.497)	(25.935)	38.969	(7.22)	1.269.012

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão de Debêntures da Cemig Geração e Transmissão

Em março de 2012, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1.000.000, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

b) Madeira Energia S.A. (“MADEIRA”)

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado o aumento de Capital Social da Companhia no valor de R\$350.000. Após o aumento, o Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R\$2.531.100. Não houve diluição do capital.

c) Santo Antônio Energia (“SAESA”)

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado o aumento de Capital Social da Companhia no valor de R\$350 milhões. Após o aumento, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R\$4.074.640. Não houve diluição do capital.

d) Revisão de Vida Útil

Em 07 de fevereiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 474, estabeleceu as novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas será a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia está em processo de avaliação quanto aos impactos decorrentes dessa alteração em seus Ativos Financeiros e Intangíveis.

e) Aquisição de participação complementar da Abengoa

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), celebrou em 16 de março de 2012, um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. para aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas por esta no capital social da União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A., (“UNISA”), que por sua vez, é titular de 99,99% de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A. e ATE III Transmissora de Energia S.A. (conjuntamente denominadas “Transmissoras”).

A TAESA pagará pela aquisição em tela o valor de R\$863.500, referente à data-base de 31 de dezembro de 2011, corrigido pela SELIC até a data do efetivo pagamento e será ajustado com proventos, aumentos ou redução de capital que tenham ocorrido entre a data-base e a data de conclusão da operação.

A conclusão da operação está sujeita à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da TAESA, à anuência dos bancos financiadores e à aprovação da ANEEL. Além disso a operação será submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

Djalma Bastos de Moraes Diretor-Presidente	Arlindo Porto Neto Diretor Vice-Presidente	Luiz Fernando Rolla Diretor de Finanças e, Relações com Investidores
Frederico Pacheco de Medeiros Diretor de Gestão Empresarial	Fuad Jorge Noman Filho Diretor de Gás	José Raimundo Dias Fonseca Diretor Comercial
Luiz Henrique de Castro Carvalho Diretor de Geração e Transmissão	Fernando Henrique Schüffner Neto Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas	José Carlos de Mattos Diretor
Luiz Henrique Michalick Diretor de Relações Institucionais e Comunicação		Maria Celeste Moraes Guimarães Diretora Jurídica
Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC-MG 53.140		Mário Lúcio Braga Gerente de Contabilidade Contador – CRC-MG-47.822

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 1.353.287 mil (R\$ 1.279.002 mil no Consolidado). O efeito proporcional na Companhia é de R\$ 127.900 mil. Na referida nota explicativa estão descritos os planos da Administração da Madeira Energia S.A. para equalização da situação do capital circulante líquido negativo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2011 totalizavam R\$ 11.510.013 mil, de acordo com as expectativas da Administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o primeiro trimestre de 2012. O montante proporcional à Companhia é de R\$ 1.151.001 mil no ativo imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31-12-2011, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 27-04-2012.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro
Rafael Cardoso Cordeiro

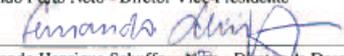
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES**DECLARAÇÃO**

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 433ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 06-03-2012, aprovamos a conclusão, em 06-03-2012, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2011; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

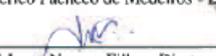
Belo Horizonte, 06 de março de 2012.


Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente


Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente

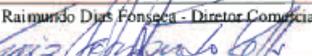

Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios


Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial


Fuad Jorge Noman Filho - Diretor de Gás

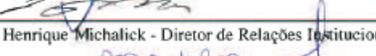

José Carlos de Mattos - Diretor


José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial


Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores


Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão


Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação


Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

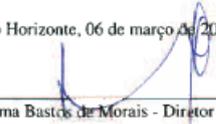
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



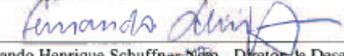
DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 433ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 06-03-2012, aprovamos a conclusão, em 06-03-2012, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2011; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

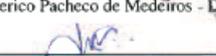
Belo Horizonte, 06 de março de 2012.

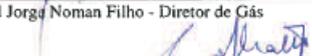

Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente


Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente

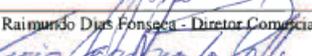

Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios


Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial


Fuad Jorge Noman Filho - Diretor de Gás


José Carlos de Mattos - Diretor


José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial


Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores


Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão


Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação


Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica